

# A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO CENTRO-OESTE NA DÉCADA DE 70

Dora Rodrigues Hees \*  
Maria Elisabeth de Paiva  
Corrêa de Sá \*  
Tereza Cone Aguiar \*

## SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *Papel do Estado: expansão agrícola e impasses sociais*
- 3 — *As principais transformações do quadro agrário na década de 70*
- 4 — *Diferenciações espaciais da agropecuária no Centro-Oeste*
- 5 — *Considerações finais*
- 6 — *Bibliografia*
- 7 — *Anezo*

## 1 — INTRODUÇÃO

Para a compreensão das transformações da agropecuária que se desencadearam no Centro-Oeste, ao longo dos anos 70, procurar-se-á situar a Região num contexto de criação de políticas governamentais, voltadas para a agricultura. Assim, será considerado seu posicionamento como área de grande potencial para a expansão da atividade agropecuária, numa fase de desenvolvimento econômico nacional em que são canalizados recursos para a agricultura, a fim de que esta atividade possa concorrer para o crescimento urbano-industrial e fazer frente a compromissos assumidos, pelo Brasil no mercado externo.

---

\* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Eley Teixeira de Assis e Silva e Iaci Leandro Ferreira pela colaboração prestada a este trabalho.

Nesse sentido, será realizado um estudo evolutivo da organização do quadro agrário regional, na década de 70, no qual buscar-se-á compreender os diversos arranjos espaciais que emergiram do impacto dessa nova orientação governamental e as modificações que ocorreram no processo de produção agropecuária.

## **2 — PAPEL DO ESTADO: EXPANSÃO AGRÍCOLA E IMPASSES SOCIAIS**

A agricultura da Região Centro-Oeste, no período que antecedeu a 1930, encontrava-se essencialmente voltada para o atendimento das necessidades da população local, sendo a atividade criatória o principal suporte da economia regional. Com o início do processo de desenvolvimento industrial e o conseqüente aumento do mercado de consumo urbano, as áreas agrícolas do Centro-Oeste voltaram-se para esse mercado interno e expandiram-se através do alargamento da sua fronteira agrícola. Assim, esboçam-se modificações na economia dessa Região, quando então se processa uma diversificação dos produtos agrícolas e a mercantilização de sua agricultura, ocorrendo, dessa forma, uma incipiente acumulação de capital.

Esse período marca o início de uma iniciativa oficial com o objetivo de criar políticas aceleradoras do processo produtivo regional incluindo-se dentre elas, a da “Marcha para o Oeste”, originada em 1938, no Governo Vargas. Essa política visava promover a ocupação do oeste brasileiro — fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas do País — numa época em que era fundamental o aumento da produção para o consumo interno que crescia com o impulso da expansão urbano-industrial. Com esse objetivo, foram criados projetos de colonização no sul de Mato Grosso e de Goiás.

A partir da década de 60, mais especificamente no seu final, é que o Estado passou a atuar de forma decisiva na economia da Região Centro-Oeste, fomentando condições favoráveis a uma ampla acumulação de capital. Para isso, intervém, cada vez mais, nos diversos setores econômicos da Região, notadamente naqueles ligados às atividades primárias.

Dessa forma, o Estado incentiva a aplicação de capital na agropecuária, o que contrasta fortemente com suas políticas de épocas passadas que se restringiam, em linhas gerais, a apoiar o desenvolvimento dessa atividade sem, no entanto, intervir diretamente nesse processo. Assim, no período de expansão e auge da cafeicultura, por exemplo, o papel do Estado era o de estimular a importação de mão-de-obra para as lavouras, cuidar da implantação de meios de comunicação, através de empresas privadas estrangeiras, e, quando necessário, criar medidas de sustentação de preços agrícolas.

Dessa forma, a agricultura do Centro-Oeste passa a se estruturar de acordo com o modelo econômico que, a partir de 1968, assumiu novas bases com a supressão das normas democráticas, medida essencial para que se efetivasse, no campo econômico, um alto grau de centralização e de concentração do capital. Essa ação preponderante do Estado, no setor agropecuário, traduziu-se, essencialmente, numa ampliação do espaço agrário com base na implantação de grandes projetos agropecuários. Esse modelo de ocupação tornou-se o mais ade-

quando ao sistema econômico vigente, uma vez que são os grandes proprietários aqueles mais capazes de se constituírem em mercado de consumo de máquinas e equipamentos agrícolas e insumos modernos. Verifica-se que, a partir do final da década de 60, a ênfase dada à racionalização da agricultura, através de sua modernização, vinha ao encontro de uma política de desenvolvimento industrial. Esta pretendia consolidar o modelo brasileiro de capitalismo industrial que, entre outras medidas, privilegiava a produção de insumos básicos, entre os quais estão incluídos os fertilizantes e os defensivos, além dos equipamentos agrícolas, para os quais estava, também, prevista e exportação.

Tal esforço de modernização tornava-se viável através da grande disseminação de empresas rurais, de capital nacional ou multinacional, às quais o Governo oferecia apoio financeiro e fiscal. Este novo modelo pretendia colocar o Brasil numa posição de destaque no mercado mundial de alimentos, de matérias-primas agrícolas e de produtos agrícolas industrializados, com a finalidade de criar divisas necessárias à importação de bens fundamentais ao desenvolvimento industrial. Além da ênfase à expansão das lavouras, a produção de origem animal também deveria crescer sendo dada atenção especial aos programas de pecuária de corte, suinocultura, avicultura e pesca. Este empenho em integrar a economia do País ao contexto mundial resultou num vasto programa de estímulo à exportação, no qual foram privilegiados, principalmente, produtos agrícolas não tradicionais, notadamente a soja.

A viabilidade dessa política deveu-se, principalmente, ao fato de o Brasil contar com ampla disponibilidade de espaços e, nesse aspecto, a Amazônia e o Centro-Oeste assumiram um papel de particular importância, já que essas regiões eram as que possuíam melhores condições de responder aos anseios governamentais da época. A Região Centro-Oeste, entretanto, mostrava diferenciações internas importantes, haja vista que, em Goiás, o processo de povoamento encontrava-se mais avançado do que em Mato Grosso. Dispondo este Estado de áreas que se constituíam em grandes vazios demográficos, despertou especial atenção, no que diz respeito às estratégias de geopolítica, e, assim, situou-se em posição prioritária diante do Programa de Integração Nacional (PIN) e das políticas de ocupação do território brasileiro.

É nesse contexto de “exportar é o que importa” e de abertura às empresas multinacionais que se deve procurar compreender as transformações que se processaram na agricultura do Centro-Oeste, na década de 70, uma vez que foi nessa porção do Território Nacional que as novas políticas governamentais, voltadas para o setor agrícola, encontraram espaço para sua concretização.

Particularmente, a Região Centro-Oeste oferecia um conjunto de condições bastante propícias à aplicação das medidas preconizadas pelo Governo Federal e que tinham como principal preocupação o aumento da produtividade do setor agrícola. Por sua vez, este objetivo veio ao encontro de recentes conquistas, no campo da tecnologia, que permitiram a exploração produtiva do cerrado através de cultivos mecanizados, em grandes propriedades, que ampliaram, consideravelmente, a extensão das áreas ocupadas com lavouras, principalmente daquelas dirigidas à exportação.

Acresce, ainda, que a posição geográfica do Centro-Oeste, contígua a todas as Regiões do País, lhe confere uma condição de fácil intercâmbio com elas, principalmente, se levarmos em consideração que o Estado já havia criado um sistema viário ligando os principais centros do País ao Centro-Oeste e à Amazônia. Sua localização, portanto, permite não apenas o escoamento da produção, especialmente para o Sudeste, como também torna viável a chegada para a sua área rural de importantes fluxos migratórios provenientes do Sul e do Nordeste do País.

Deve-se ressaltar, ainda, que participando a Região, desde 1930 do processo de alargamento da fronteira agrícola e do abastecimento do mercado interno, já contava com uma infra-estrutura comercial necessária ao intercâmbio com outras Regiões, em especial com o Sudeste. Porém, no momento, trata-se de criar as bases na Região para o desenvolvimento de uma atividade voltada para o mercado internacional.

Sendo a Região caracterizada por fraca densidade de população e pela presença de vastas áreas a serem ocupadas, permitiu a expansão das grandes empresas agropecuárias nacionais e multinacionais, implantadas em resposta aos benefícios e estímulos fornecidos por parte do Estado.

Em linhas gerais, as políticas voltadas para a agricultura e que beneficiavam as grandes empresas agropecuárias incentivavam, basicamente, a ocupação de grandes extensões de terras, principalmente de áreas novas, através da concessão de incentivos fiscais, facilidades para a obtenção de crédito agrícola, subsídios à exportação e política de preços mínimos. Ainda com a finalidade de fomentar o processo de acumulação de capital nessa área, o Estado passou, também, a atuar no setor de infra-estrutura, responsabilizando-se, principalmente, pela construção de estradas vicinais, eletrificação rural e implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento dos produtos agrícolas. Essa atuação do Estado veio em resposta a compromissos assumidos com o empresariado interessado em investir na Região.

Nesse mesmo período, o Estado também se preocupou em criar órgãos e a dar novas regulamentações a instituições oficiais que atuavam na Região, com o objetivo de promover uma abundante aplicação de recursos nessas áreas. Ao mesmo tempo, criou, com recursos do PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), inúmeros programas cuja atuação se restringe a áreas selecionadas: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e projetos de colonização ao longo de novos eixos viários. Esses programas visavam o desenvolvimento, principalmente, dos setores de pecuária de corte, extração industrial de madeira, mineração e indústrias eletrolíticas e lavouras selecionadas de caráter comercial, pesca empresarial e turismo<sup>1</sup>. Previam, fundamentalmente, no que tange às atividades agropecuárias, a disseminação de nova tecnologia e vinham respaldados, a nível nacional,

---

1 II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, 1974.

por fortes incentivos governamentais que favoreciam, na sua maioria, as empresas multinacionais fabricantes de equipamentos agrícolas e tratores.

Esse estímulo ao emprego de mecanização e de insumos modernos, recomendados pela técnica para serem utilizados em grandes extensões de terra, vinha reforçar, por outro lado, o amplo apoio de incentivo que a classe dos grandes proprietários rurais e empresários estava destinada a receber, na atual política do Governo Federal. De fato, a partir de meados da década de 60, praticamente, todo grande empreendimento privado da Amazônia Legal (nessa delimitação está incluída parte considerável do Centro-Oeste) tinha o apoio de órgãos e agências governamentais federais, estaduais e municipais.

As conseqüências desse conjunto de medidas logo se fizeram sentir e rápidas transformações se desencadearam no setor agropecuário do Centro-Oeste nessa década. No plano econômico, os resultados dessas políticas foram a incorporação de novas áreas, através do rápido avanço da fronteira agrícola, a intensificação do processo de pecuarização e a expansão das lavouras temporárias, especialmente da soja e do arroz. O estímulo governamental, portanto, favoreceu, prioritariamente, os grandes proprietários e as grandes empresas que, quando implantadas, têm sua produção destinada, fundamentalmente, à atividade agroexportadora. O avanço dessa atividade, entretanto, veio estabelecer nítidas diferenças entre a agricultura comercial e a de subsistência.

O alcance dessas medidas, no plano social, fez-se sentir na acen-tuação da concentração fundiária, uma vez que as estratégias governamentais não deram ênfase a soluções de problemas relativos à questão da terra, que já vinha se agravando desde a década anterior. Nesse sentido, avolumaram-se os conflitos envolvendo remanescentes indígenas, posseiros e grileiros. Da mesma forma, os pequenos produtores — colonos, arrendatários e parceiros — foram subestimados por essas medidas e, como conseqüência, muitos se proletarizaram. Acresce o fato de que a intensificação do processo de pecuarização, juntamente com a mecanização das lavouras, colocou em disponibilidade considerável excedente de mão-de-obra que, ou se direcionou para as áreas urbanas, ou se dirigiu para novas áreas de fronteira agrícola, num processo de sucessivos deslocamentos.

No tocante ao uso do solo, os efeitos do papel do Estado, na Região, foram também notórios. Como a maioria dos programas de desenvolvimento agropecuário previa a aplicação de recursos para áreas selecionadas, a penetração do capital deu-se de forma desigual e, assim, passou a ser um dos elementos diferenciadores do arranjo espacial da atividade agropecuária, que, até então, encontrava-se fortemente definida pelas características naturais da Região. Da mesma maneira, a própria organização urbano-regional torna-se mais hierarquizada, dando origem a centros urbanos de maior expressão, voltados para o atendimento de serviços e comércio, necessários às transformações que se produziram na área rural. Nesse sentido, acelera-se a urbanização, na década de 70, e o excedente de mão-de-obra rural, procurando uma solução para seu problema de desemprego, busca a cidade e, paradoxalmente, provoca o esvaziamento do campo, numa Região em que as atividades agropecuárias são o suporte de sua economia regional.

### 3 — AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES DO QUADRO AGRÁRIO NA DÉCADA DE 70

As medidas e políticas governamentais que atingiram a Região Centro-Oeste, na década de 60, ao permitirem sua maior integração com o restante do País, bem como uma participação mais acentuada no processo produtivo nacional, geraram, sobretudo a partir dos anos 70, nova feição, nessa porção do território, que contrasta com suas características do passado. A Região Centro-Oeste apresentava certas singularidades que a mantiveram, durante muito tempo, num certo isolamento, destacando-se dentre elas a sua localização que impunha sérias dificuldades de comunicação. Além disso, a falta de fatores que pudessem se constituir em atrativos econômicos promissores e estáveis não estimulava o desenvolvimento de uma atividade econômica importante. Note-se que essa Região, em nenhum momento do passado, participou da economia agroexportadora que marcou a história econômica brasileira. Sua ocupação realizou-se, principalmente, com base em surtos econômicos restritos ao seu espaço regional, os quais resultaram, apenas, em agrupamentos isolados e descontínuos. Nesse sentido, tem-se a mineração e a exploração de alguns produtos vegetais — a borracha, a erva-mate e a poaia — como elementos que, a partir do século XVIII, contribuíram para tal estruturação do espaço. Já no século XIX, a pecuária e a lavoura adquirem caráter econômico e promovem um povoamento mais regular.

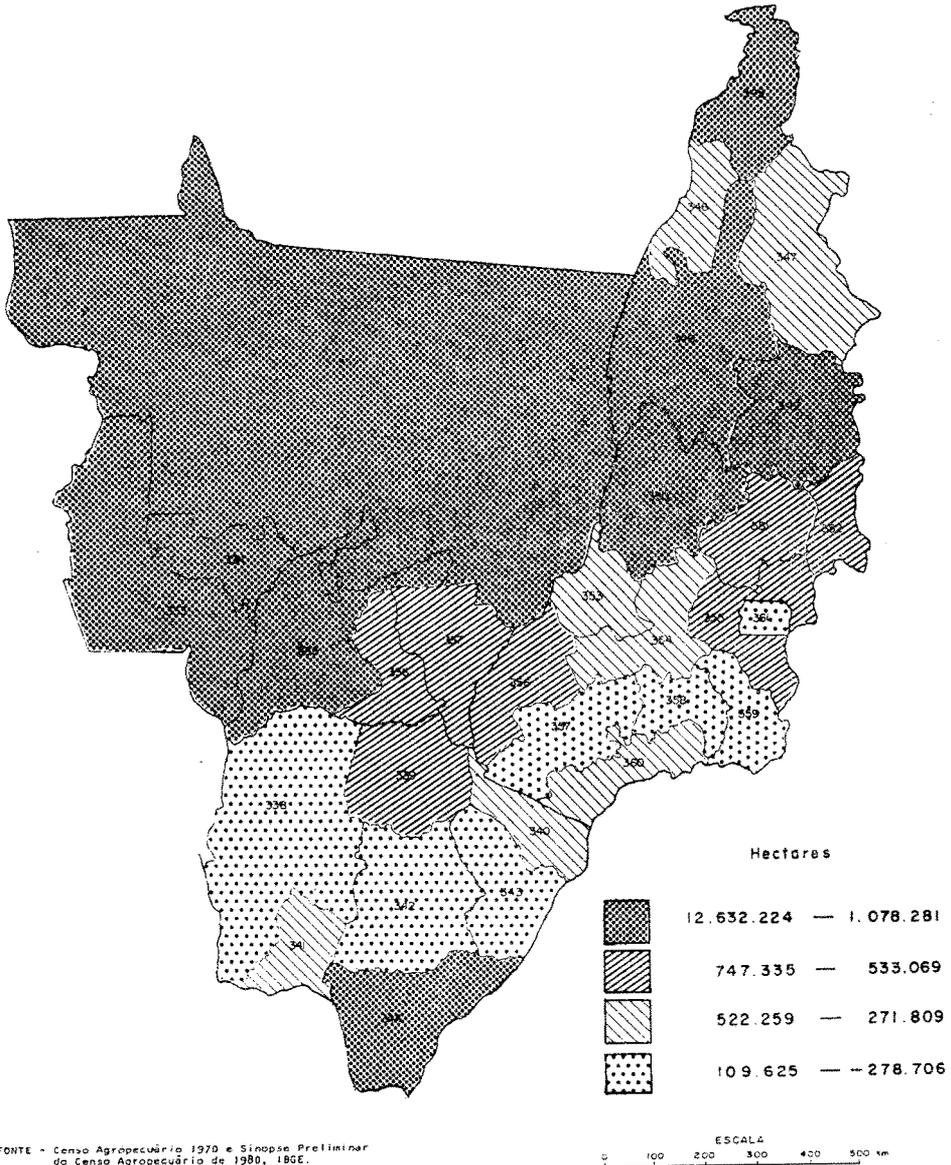
A pecuária expandiu-se, de forma extensiva, aproveitando-se das condições naturais favoráveis encontradas, principalmente no Pantanal e nos campos cerrados, e, assim, contribuiu para uma ocupação de caráter disperso. Já, a lavoura, valendo-se de características ambientais propícias existentes nas áreas de mata, notadamente no sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul, originou um povoamento mais concentrado.

Essas condições ambientais favoráveis, aliadas às solicitações de produtos para o consumo interno, em função do crescimento das principais metrópoles do País — Rio de Janeiro e São Paulo — permitiram o desenvolvimento da atividade agropecuária regional que apresentou considerável expansão na década de 70.

Embora a Região Centro-Oeste ainda se caracteriza por possuir vastos espaços a serem ocupados, a incorporação de terras ao processo produtivo nacional, nos anos 70, deu-se de forma bastante acentuada. Assim, verifica-se que, em 1970, a maior parte de suas terras encontrava-se à margem do processo de produção agrícola, haja vista que apenas 43,47% representavam a superfície voltada para as atividades agrárias. Já, em 1980, este índice de ocupação elevou-se para 61,36%, o que demonstra uma grande expansão da área dos estabelecimentos rurais. Na realidade, foi essa Região a que apresentou maior dinamismo na expansão horizontal da agropecuária, em termos nacionais, até mesmo pelo fato de ser uma das regiões brasileiras que ainda apresenta maiores condições para ampliar suas atividades agrárias. Nesse período, o Centro-Oeste acusou um aumento de 33.622.307 hectares na área de seus estabelecimentos rurais, equivalendo a um crescimento de 41,2%. Ao se considerar essa variação a nível de microrregião, constata-se que foi, sobretudo, nas áreas onde o processo de integração se deu mais recentemente que o aumento da superfície dos estabelecimentos rurais é mais acentuado (Mapa 1). Essa expansão foi viabilizada pela ampliação da rede viária que consistiu na abertura de grandes eixos de comunicação, destacando-se entre eles a Rodovia

VARIAÇÃO ABSOLUTA DA ÁREA  
DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS -1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE  
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

(\*) Foram registradas variações negativas apenas nas Microrregiões Pantanal (338) e Pastoral de Campo Grande (342).

MAPA 1

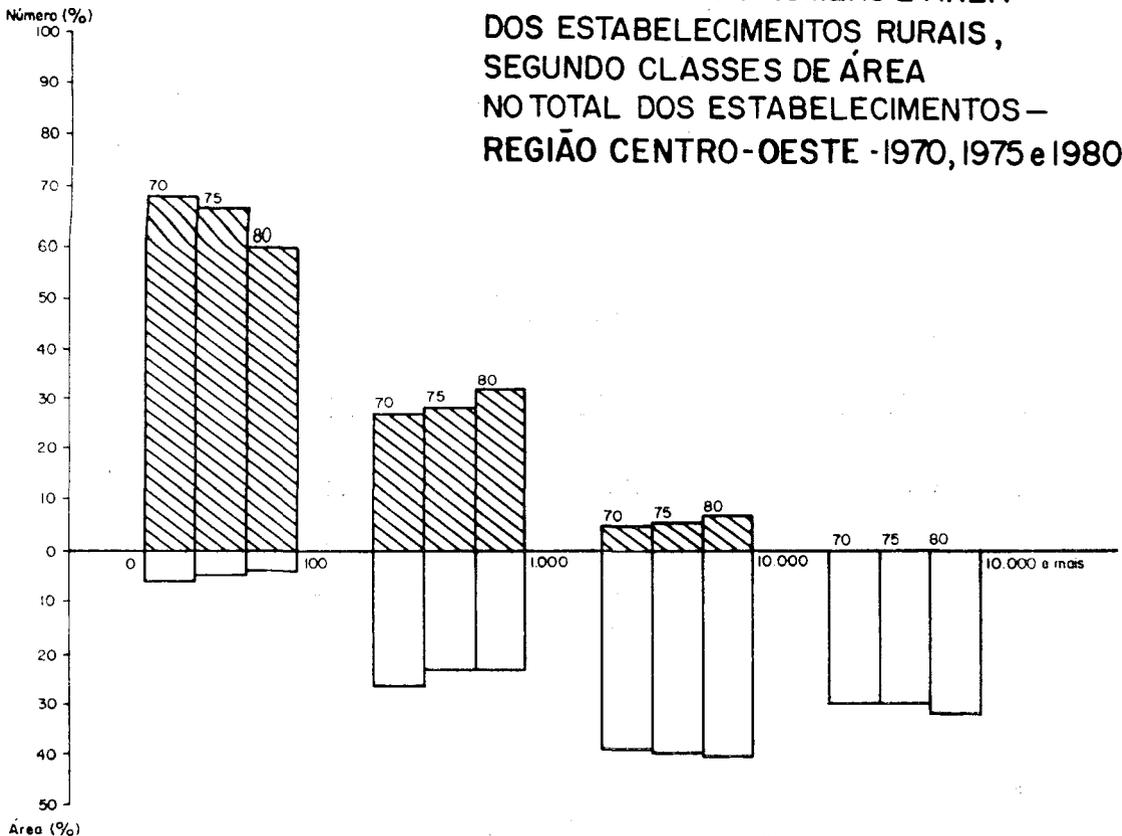
Belém-Brasília. As facilidades de acesso à Região, aliadas às políticas de concessão de crédito e de incentivos fiscais, podem ser apontadas como as principais causas de atração que a Região Centro-Oeste passou a exercer para a realização de investimentos particulares, provenientes de outras áreas do País.

No entanto, a forma pela qual vem se dando essa incorporação de terras ao processo nacional, tem, na realidade, contribuído para o agravamento de inúmeros problemas, dentre eles, o da concentração fundiária. Isto se comprova ao se atentar para o fato de que a Região Centro-Oeste, embora tenha sido responsável por 44,56% do crescimento da área dos estabelecimentos rurais do País, teve uma insignificante participação no que se refere ao aumento do número total dos estabelecimentos rurais que foi de apenas 6,09%, refletindo que essa expansão do espaço agrário vem se realizando, em larga escala, através da implantação de grandes unidades produtivas. Este fato tem ocasionado, muitas vezes, a eliminação de pequenas unidades de produção, quer por sua compra, quer pela expulsão de seus produtores, sobretudo dos ocupantes, pelo fato de não possuírem garantias legais que lhes assegurem a permanência nas terras que exploram.

Essa questão da distribuição desigual das terras agrícolas no Centro-Oeste, apesar de não específica dessa Região, vem se constituindo num dos seus principais problemas agrários. Assim, as unidades produtivas de área até 100 hectares, apesar da tendência ao decréscimo, mantiveram um forte predomínio numérico, ao longo da década, e, em 1980, correspondiam a 60,1% do total das unidades produtivas e a, apenas, 4,1% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais, restringindo-se a uma porção inexpressiva do espaço agrário (Gráfico 1). No entanto, é nesses pequenos estabelecimentos que se concentrava quase a metade da força de trabalho empregada na agropecuária regional e parte significativa da área total dedicada à lavoura. Apesar de muito restrita, essa parcela da área dos estabelecimentos rurais continha 22,71% da área de lavoura, bem como, 47,74% da força de trabalho empregada na agropecuária, o que vem demonstrar que, em termos relativos, a agricultura praticada nos pequenos estabelecimentos é mais intensiva do que a que é realizada nos grandes estabelecimentos. Isto é possível graças à extensão da jornada de trabalho do produtor e de sua família e não em função de uma real capitalização do imóvel rural.

As grandes unidades de produção — aquelas com área de 1.000 a 10.000 hectares e acima de 10.000 hectares — apesar de seu reduzido número (em 1980 representavam, respectivamente, 6,7 e 0,5% do total de estabelecimentos), dominavam o espaço agrário do Centro-Oeste, uma vez que correspondiam, naquela ordem, a 40 e 31,9% da área total dos estabelecimentos rurais (Gráfico 1). Apesar disso, absorvem pouca mão-de-obra (apenas 16,15% do total de pessoal ocupado na agropecuária, em 1980) devido, principalmente, ao elevado grau de subutilização de suas terras, às características do sistema criatório empregado, como também ao recente incremento da mecanização que se observou ao longo da década. De fato, era nessas unidades produtivas que se concentravam, em 1980, 44,09% dos tratores do Centro-Oeste, resultado dos estímulos dirigidos à agropecuária, visando a incorporação de solos com vegetação de cerrado para a prática da lavoura e da pecuária. A criação bovina é a principal atividade econômica praticada nesses estabelecimentos que, em 1980, detinham 58,11% do rebanho regional.

**PORCENTAGEM DO NÚMERO E ÁREA  
DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS,  
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA  
NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS—  
REGIÃO CENTRO-OESTE -1970, 1975 e 1980**



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

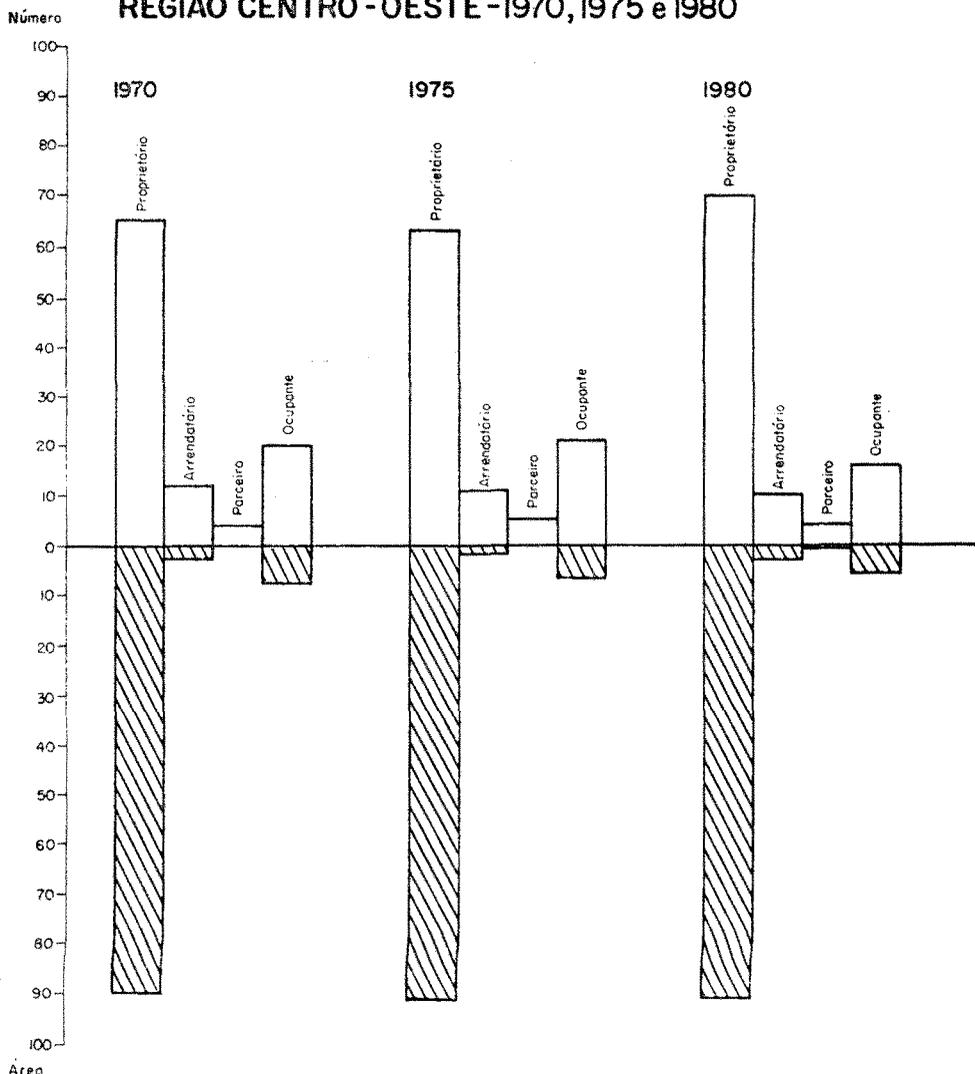
GRÁFICO 1

Levando-se em consideração essas características relativas à agropecuária, a nível de Unidades da Federação (UF's), verifica-se que, de modo geral, elas estão presentes nos Estados que compõem a Região Centro-Oeste, observando-se apenas algumas variações que não contrariam a tendência da Região. Tanto em Mato Grosso, quanto em Mato Grosso do Sul, a estrutura fundiária é altamente concentrada, enquanto que a distribuição de terras no Estado de Goiás se apresenta de forma menos concentrada, pois esse Estado não acusa uma participação tão elevada das unidades de produção com menos de 100 hectares que representam 54,2% do total de estabelecimentos, nem da área das grandes unidades produtivas (1.000 a 10.000 ha) que, reunidas, ocupam 54,6% da área total dos estabelecimentos rurais.

Tal modalidade de ocupação do espaço tem privilegiado principalmente, os produtores proprietários, em detrimento, sobretudo, dos ocupantes que representam a segunda categoria de produtores mais expressiva no Centro-Oeste. Nesse sentido, esboça-se ao longo da década de 70, uma tendência à privatização das terras, a ponto de se consti-

tuírem os proprietários, em 1980, em 70,1% dos produtores rurais, enquanto os ocupantes se restringiam a 15,6%. Apesar dessa tendência, mantém-se no Centro-Oeste praticamente a mesma estrutura, quanto à participação dos diversos produtores rurais, que se caracteriza pelo acentuado predomínio de proprietários que exploram a maior parte do espaço agrário regional (Gráfico 2).

**PORCENTAGEM DO NÚMERO E ÁREA  
DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS,  
SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR  
RURAL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS -  
REGIÃO CENTRO - OESTE - 1970, 1975 e 1980**



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

GRÁFICO 2

Essa forma de apropriação do espaço tem se apresentado como um dos mais sérios problemas sociais da Região, na medida em que tem desencadeado a luta dos posseiros pelo seu acesso e fixação à terra, problema que vem adquirindo maiores proporções e repercussões a nível nacional. Nessa luta, incluem-se também os indígenas que vêm perdendo parte substancial de suas reservas, em função da expansão das grandes empresas agropecuárias e dos projetos de construção de estradas.

Ao se examinar a questão dos produtores rurais nos Estados do Centro-Oeste, percebe-se que em Mato Grosso e em Goiás, onde o processo de expansão da agropecuária vem se dando de forma intensa e onde ainda existe disponibilidade de espaços a serem incorporados às atividades agropecuárias, deu-se uma expansão de estabelecimentos rurais sob a responsabilidade de diversas categorias de produtores (Tabela 1). Somente os ocupantes, em Goiás, sofreram retração na área de suas explorações rurais, uma vez que, nessa fase de expansão da agropecuária, quando é altamente estimulada a implantação de grandes unidades de produção, são principalmente, esses produtores sem titulação definitiva de suas terras, os mais propensos a serem aliçados do processo produtivo.

Em Mato Grosso do Sul, a situação que se apresenta é diferente da dos demais Estados do Centro-Oeste, pois, nele ocorreram aumentos de área de estabelecimentos rurais apenas relativos às unidades produtivas de proprietários e de parceiros. Em termos absolutos, a expansão das unidades de exploração dos proprietários foi a mais expressiva e a principal responsável pela ampliação do espaço agrário registrado em Mato Grosso do Sul. A parceria também vem acusando crescimento, uma vez que esse sistema é comumente empregado pelos proprietários na formação de pastos, que tem como uma das vantagens a redução dos seus custos (Tabela 1).

Tem-se, ainda, como uma particularidade desse Estado, o decréscimo do número de estabelecimentos sob a responsabilidade das diversas categorias de produtores. No caso dos proprietários e parceiros, uma vez que tiveram suas áreas ampliadas nessa década, essa redução do número de unidades produtivas significa que esses produtores vêm explorando áreas de maiores dimensões. Já, no caso dos arrendatários

TABELA 1

**EXPANSÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS,  
SEGUNDO CATEGORIAS DE PRODUTOR  
REGIÃO CENTRO-OESTE — 1970-1980**

REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS (Variação Relativa 1970—1980)				ÁREA (Variação Relativa 1970—1980)			
	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Região Centro-Oeste.....	13,70	-12,80	27,30	-15,60	41,60	42,50	428,80	2,10
Mato Grosso.....	75,60	-0,10	90,00	1,40	100,00	351,20	606,90	69,60
Mato Grosso do Sul....	-1,50	-54,40	-42,00	-27,20	9,30	-9,60	403,40	-52,70
Goiás.....	7,90	35,00	211,00	-21,30	38,80	70,70	254,20	-0,70
Distrito Federal.....	-42,90	4 175,00	225,00	21,30	-17,60	8 649,30	96,90	74,40

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

e ocupantes, esse fato expressa na realidade, uma retração das suas unidades produtivas, num sistema em que o modelo de ocupação do espaço predominante não privilegia essas formas de exploração, mas aquelas baseadas na propriedade privada da terra (Tabela 1).

É nesse contexto de permanência de uma estrutura fundiária concentrada, que tem afetado algumas categorias de produtores rurais, que se desencadeiam, no Centro-Oeste, transformações ao nível das suas atividades agrárias. Essas modificações traduzem, na verdade, alterações que já vinham se dando na agricultura brasileira e que permitiram que esta respondesse às necessidades da industrialização. Assim, o aumento da oferta de matérias-primas e de alimentos para o mercado interno, sem prejuízo do setor exportador, responsável pela geração de divisas que viabilizava o processo de industrialização, via substituição das importações, é uma das transformações observadas. Além disso, deu-se uma integração maior da agricultura ao circuito global da economia, na medida em que esta, deixando de ser apenas compradora de bens de consumo industriais, passa a demandar também quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo setor industrial<sup>2</sup>.

Nesse sentido, ocorreram, no Centro-Oeste, modificações no âmbito de suas atividades agrárias, como a ampliação dos espaços dedicados aos produtos da lavoura, o que situa esta Região como uma importante área fornecedora de alimentos para o mercado interno. Com efeito, na década de 70, o aumento da área total de lavouras foi de 4.077.217 hectares, o que equivaleu a um crescimento de 169,67%. Esse incremento teve uma expressão significativa, em termos nacionais, já que representou 26,82% do crescimento das áreas em lavoura ocorrido no País. Observando-se esse crescimento, a nível de Microrregião, verifica-se que são as de ocupação mais recente, e de grande incorporação de áreas aos estabelecimentos rurais, as que acusaram os mais significativos crescimentos da lavoura, à exceção da Alto Taquari (339) e Pastoril de Campo Grande (342), entre outras, que embora tenham expandido pouco a área de seus estabelecimentos rurais, mostraram um acentuado aumento de suas áreas em lavouras (Mapa 2). Este fato se deve, substancialmente, a uma alteração das formas de utilização da terra, quando extensões de campos cerrados passaram a ser cultivados com lavouras comerciais. Apesar disso, as terras cultivadas com lavouras, quando comparadas às enormes extensões ocupadas pelos estabelecimentos rurais dessa Região, apresentavam-se todavia, muito restritas, em 1980, não chegando a alcançar 6%.

Na primeira metade da década de 70, as pastagens também ampliaram suas áreas em 5.826.873 hectares, representando, nesse período, 50,61% do crescimento das pastagens no País. No entanto, no que diz respeito ao ritmo de crescimento das áreas em pastos, da ordem de 10,5%, constatou-se ter sido este inferior ao da lavoura, no período de 1970 a 1975, quando esta acusou um crescimento de 81%, o que se deve ao fato de a lavoura ter tido o seu grande impulso, no Centro-Oeste, a partir dos anos 70.

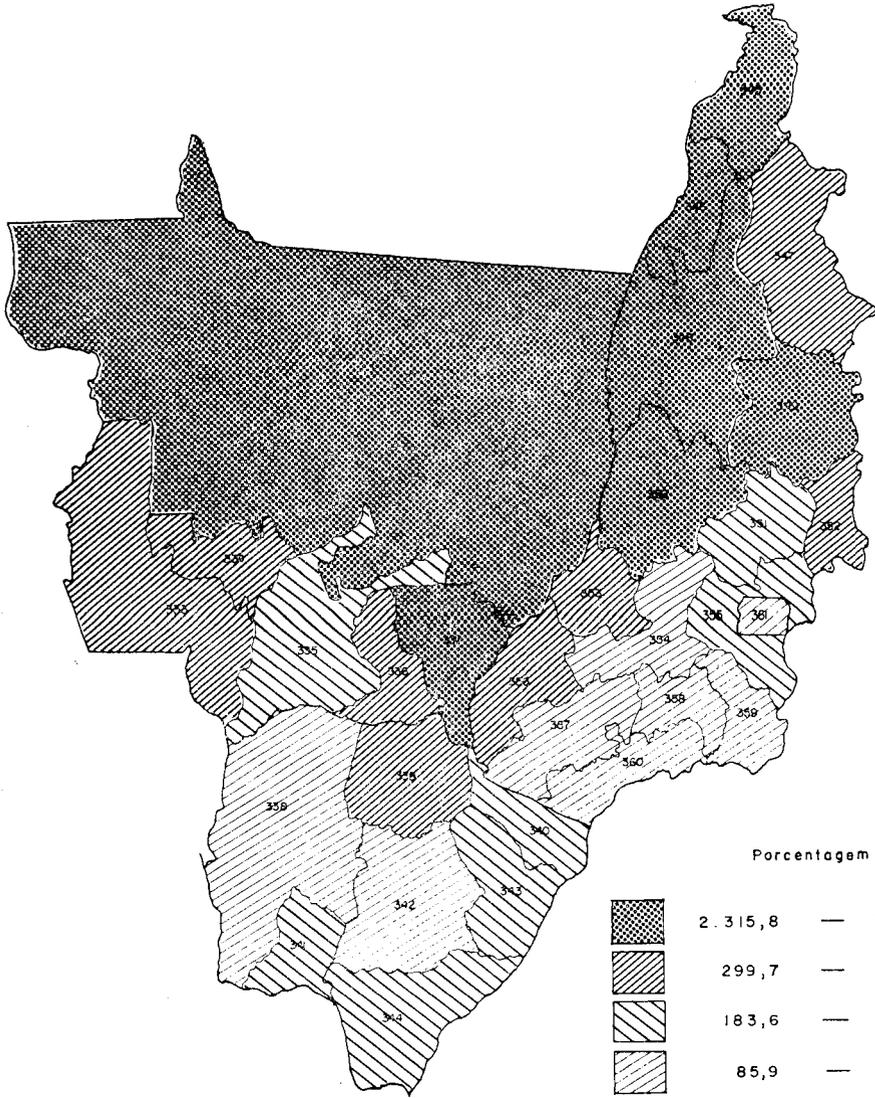
Nesse contexto de dinamização das atividades agrárias, ocorre também um enorme crescimento do rebanho bovino que, praticamente, duplicou seu efetivo na década, apresentando uma variação de 92,43%

---

2 SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 47.

VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA  
EM LAVOURAS - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE  
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

ESCALA  
0 100 200 300 400 500 km

MAPA 2

que significou, em termos absolutos, um aumento de 15.946.944 cabeças. Considerando a situação das microrregiões, quanto a esse aspecto, percebe-se que o rebanho bovino acusou um crescimento bastante significativo em áreas de expansão da fronteira agrícola, como o norte de Mato Grosso, e onde a criação de gado já vem sendo praticada em melhores condições técnicas, como no centro e sul de Mato Grosso do Sul e no sul de Goiás. Ao contrário, no Pantanal, área tradicional de criação extensiva, chegou a ocorrer decréscimo do seu efetivo bovino, na década de 70 (Mapa 3). Paralelamente a este fato, percebem-se algumas melhorias técnicas no seu sistema criatório, como por exemplo, a preocupação crescente por parte de muitos produtores rurais com a formação de pastagens artificiais. Na primeira metade da década de 70, deu-se uma redução da área em pastos naturais, em favor daquela em pastagens artificiais. Apesar disso, eram ainda as gramíneas nativas as que predominavam largamente nas unidades produtivas, representando, em 1975, 49% da área dos estabelecimentos rurais do Centro-Oeste, enquanto, nesse mesmo ano, as artificiais correspondiam a 16,3%.

Com efeito, o papel tradicional que o Centro-Oeste tem desempenhado como Região abastecedora de carne bovina dos mercados do Centro-Sul pode ser avaliado, em certa medida, pela importância do número de reses que se destinaram à venda e ao abate, em 1975, que chegou a representar 24,99% do total nacional.

Além da carne, os produtos da lavoura temporária como o arroz, a soja e o milho são os que mais se destacam pela sua importância comercial e são também os que possuem maior expressão espacial. Dentre eles, é o arroz o mais importante quanto à área que ocupa, representando 42,2% da área total dedicada aos produtos da lavoura temporária em 1980, e o que mais aumentou sua área cultivada, durante a década de 70. A importância da produção desse grão no Centro-Oeste, torna-se patente quando se constata que correspondia, em 1980, a 27,05% da produção brasileira de arroz. Já a soja, produto que foi difundido nessa Região a partir do início dos anos 70, destacou-se, não só, por sua área cultivada — 18,4% da área total em lavouras temporárias, em 1980 — mas, sobretudo, pelo rápido crescimento que apresentou, na década, ao acusar uma variação de 4.217,9%.

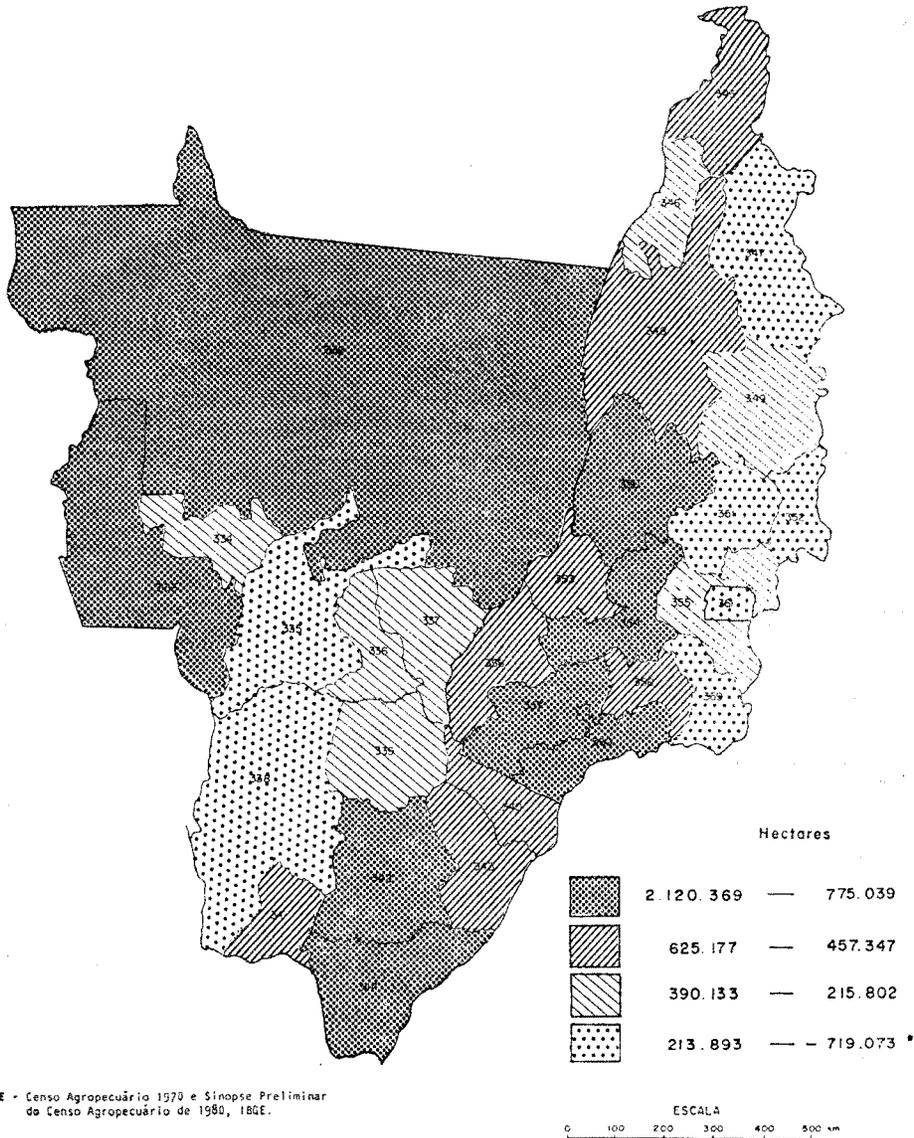
Essa expansão das atividades agrárias, ligada às solicitações de mercado, vem, cada vez mais, sendo acompanhada de transformações técnicas no sistema de produção agrícola. Este fato se deve, não apenas às necessidades impostas pelas características físicas das áreas de cerrado incorporadas à agropecuária, mas também à vinculação deste processo de produção agrícola a um sistema de crédito e de comercialização que lhe impõe determinadas exigências, quanto à forma de produzir e à qualidade do produto final.

Assim, o Centro-Oeste passou a incorporar ao seu processo de produção agropecuária o emprego de tratores que foi se difundindo, consideravelmente, no decorrer da década de 70. Houve um acréscimo, nesse período, de 51.793 unidades o que representa um crescimento da ordem de 500,9%. Essa modernização privilegia, não só algumas culturas, aquelas de maior valor comercial, que no caso do Centro-Oeste são, principalmente, o arroz, a soja, o milho, como também as pastagens, em função da criação bovina, e ainda, alguns tipos de unidades de produção (médias e grandes). De fato, somente os esta-

# VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EFETIVO BOVINO - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE

Microrregiões Heterogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

\* Este dado é a única variação negativa dessa classe e corresponde à Microrregião Pantanos (338).

MAPA 3

belecimentos rurais com área de 1.000 hectares e mais, que correspondem a apenas 7,2% do número total de unidades produtivas, detinham, em 1980, 44,09% dos tratores existentes no Centro-Oeste. Esse maior emprego de tratores assinala uma nova modalidade de ocupação dos cerrados que requer investimentos em técnicas modernas para o seu aproveitamento com lavouras e pastagens plantadas. Nesse sentido, as áreas que tiveram grande incorporação de espaços às atividades agrárias foram também as que apresentaram os mais elevados crescimentos do número de tratores, verificando-se, pois, a grosso modo, os maiores índices de crescimento da mecanização nas microrregiões do norte de Mato Grosso e centro e norte de Goiás (Mapa 4).

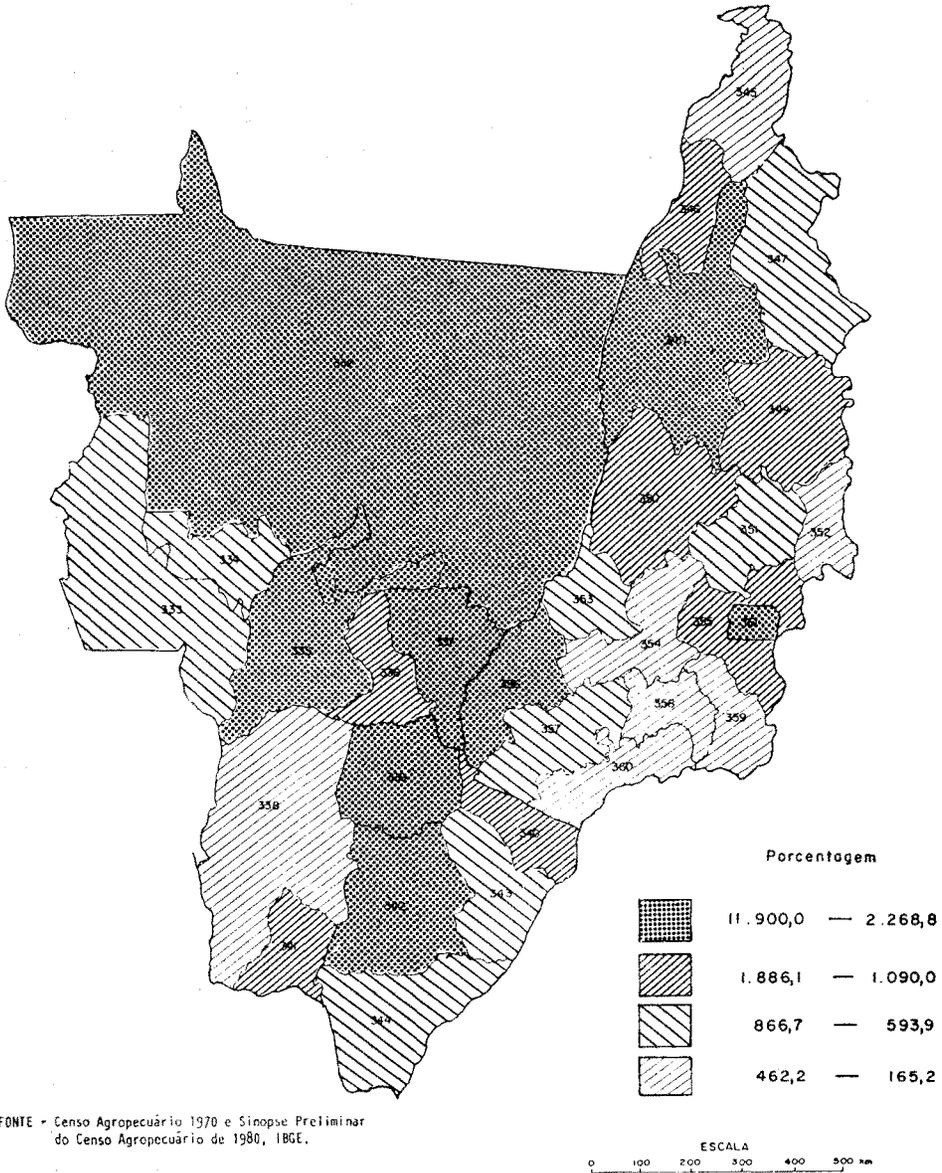
No entanto, essas transformações não se dão sem pesados custos sociais, pois, nesse processo ocorre, com freqüência, a expulsão de produtores de suas terras e a proletarização do trabalhador rural. A redução da pequena produção familiar é um sinal de que muitos produtores perderam o acesso à terra onde realizavam sua subsistência, podendo-se supor ainda a sua passagem para a condição de trabalhadores assalariados.

De fato, verificou-se, não só, um crescimento da mão-de-obra assalariada, concomitantemente a esse processo de expansão da agropecuária em moldes empresariais modernos, como também um crescimento do contingente de trabalhadores rurais, ao longo da década de 70, da ordem de 43,1%. Apesar desse aumento, sabe-se que o grau de absorção da força de trabalho pelos estabelecimentos rurais é, ainda, muito reduzido, embora seja o Centro-Oeste uma das regiões brasileiras que tem oferecido, na última década, maiores condições de absorção de mão-de-obra rural. Assim, a relação entre o número de pessoas envolvidas nas atividades agrárias e a área das unidades produtivas indica um índice muito baixo de emprego, que ao longo da década de 70, foi de apenas uma pessoa ocupada por 100 hectares de estabelecimento rural. Este problema de fixação dos trabalhadores como mão-de-obra nos estabelecimentos rurais tem se agravado, principalmente, em função do modelo de exploração agropecuária que vem sendo estimulado — grandes projetos para a criação bovina — e do processo de modernização técnica da agricultura que não conduz, via de regra, ao aumento da demanda de trabalho rural.

Com base nessas considerações, constatou-se que o Estado de Goiás foi o que apresentou os mais elevados crescimentos absolutos da área em lavouras (1.186.728 ha), do número de tratores (21.183 unidades) e do pessoal ocupado na atividade agropecuária (224.212 trabalhadores) durante a década de 70, expressando, assim, o dinamismo de seu processo de expansão da agropecuária. Ao mesmo tempo, em termos relativos, Goiás também se destaca dos demais Estados da Região, por concentrar, em 1980, as áreas em lavouras (49,83%), os tratores (43,25%) e os trabalhadores rurais (58,12%). Em fase de grande crescimento das atividades agrárias, sobretudo naquelas regiões onde vastas áreas foram recentemente incorporadas à produção agrícola, é comum que ocorra um aumento do pessoal ocupado, pois, principalmente, por ocasião da implantação de empreendimentos agropecuários, há maior demanda de mão-de-obra rural, ainda que a mecanização já venha sendo empregada na execução de determinadas tarefas agrícolas.

VARIAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO  
DE TRATORES - 1970 E 1980

REGIÃO CENTRO-OESTE  
Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar  
do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 4

Essa expansão da agricultura no Centro-Oeste, tendo em vista a existência de amplos espaços a serem ocupados, e a implantação da Capital Federal, na década de 60, constituíram-se em alguns dos fatores de atração para contingentes de população que, então, se deslocaram de diversos pontos do País, em direção ao oeste brasileiro. Na realidade, foram os fluxos migratórios os principais responsáveis pelo acelerado crescimento de sua população total que acusou, na década, uma variação da ordem de 49,83% (ver Chamada 3). No entanto, esse crescimento é inferior ao ocorrido na década anterior, quando chegou a alcançar 71,8%, tendo sido o mais elevado do País. Essa diminuição do ritmo de crescimento da população se dá paralelamente a uma redução da população rural que chegou a apresentar um decréscimo de 6,67%. Na verdade, os habitantes rurais que, até 1970, se constituíam na maior parte da população total, com uma participação de 51,8%, passaram a representar 32,2% do contingente populacional do Centro-Oeste, em 1980. Essa mudança verificada na distribuição da população dessa Região, em favor da concentração de população nos centros urbanos, acompanha uma tendência geral do País que é a urbanização, em função da evasão da população do campo. No caso do Centro-Oeste, o êxodo rural não se dá, apenas, por uma questão de atração exercida pelas cidades, ligada à existência de determinados serviços e equipamentos de infra-estrutura que não estão presentes na área rural, mas, sobretudo, em decorrência da incapacidade de o setor agrícola absorver, de maneira satisfatória, a mão-de-obra disponível.

Finalmente, deve-se considerar que a grande aplicação de capital na atividade agrícola do Centro-Oeste, não só provocou alterações no seu processo produtivo, como gerou diferenciações no arranjo espacial dessa atividade. Sem dúvida, os grandes estímulos que para o Centro-Oeste foram direcionados, ao mesmo tempo em que deram origem ao alargamento da fronteira agrícola, tornando nítidos os espaços pioneiros, geraram também a retomada de áreas à retaguarda dessa fronteira. Ainda foram responsáveis pela ampliação das áreas dedicadas à lavoura e provocaram melhorias técnicas no sistema de produção agropecuária em áreas mais bem dotadas quanto à acessibilidade aos mercados. Entretanto, observa-se que em determinadas áreas essas transformações do setor agrícola ainda não se fizeram sentir amplamente, mantendo, dessa forma, uma organização de produção mais tradicional.

#### 4 — DIFERENCIAÇÕES ESPACIAIS DA AGROPECUÁRIA NO CENTRO-OESTE <sup>4</sup>

Ao longo dos anos 70, as atividades agrícolas no Centro-Oeste encontravam-se, ainda, espacialmente dominadas pela pecuária, enquanto as lavouras ocupavam extensões reduzidas de terra, embora já bastante significativas e bem superiores à área que abrangiam em

3 Ao se analisar a origem da população dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste, percebe-se a elevada participação de pessoas provenientes de outros Estados. Em Mato Grosso (anteriormente à sua divisão), essa participação atingiu 64,49%, em Goiás, 42,63% e, no Distrito Federal, 99,89%, segundo o Censo Demográfico de 1970.

4 Para a elaboração desse Capítulo foram consideradas idéias expostas em BECKER, Bertha K.; BERNARDES, Julia A. — *Notas sobre a organização espacial da pecuária no Brasil*. Fortaleza, 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978. mimeo.

décadas anteriores. Porém, apesar de já estar se estendendo, também para áreas de cerrados, antes ocupadas apenas pela criação extensiva, essas novas áreas de lavoura ainda se apresentam com uma distribuição muito concentrada, localizando-se em áreas de fácil acesso aos mercados do Centro-Sul.

Nesse contexto de predomínio da atividade criatória, considerou-se, como elementos diferenciadores do espaço agrário, a dimensão espacial da atividade criatória, definida pela participação da área de pastagens na área total dos estabelecimentos, sua dimensão econômica, através da participação do valor da produção da pecuária no valor total da produção. Ainda se considerou uma dimensão qualitativa da pecuária, expressa por meio da densidade do rebanho, além da expressão espacial e econômica da lavoura e do grau de ocupação (Anexo 1). Apoiando-se nessas variáveis, definiram-se quatro tipos de áreas agrícolas no Centro-Oeste: *áreas de predomínio da atividade criatória melhorada*, *área de predomínio da atividade criatória*, *áreas agropastoris* e *áreas de grande disponibilidade de espaços em processo de integração pela agropecuária (a fronteira agrícola do norte de Mato Grosso e norte de Goiás)* (Mapa 5).

#### 4.1 — Áreas de predomínio da atividade criatória melhorada

Caracterizaram-se por uma participação das áreas de pastagens superior a 52% e pelo valor da produção da pecuária superior a 50%. Essas áreas apresentaram, ainda, em 1975, uma densidade do rebanho relativamente elevada, denotando, já uma certa melhoria do sistema em que é realizada a atividade criatória. Segundo esses critérios foram definidas duas subáreas, o *Pantanal Mato-grossense*, composto pelas Microrregiões Baixada Cuiabana (335) e Pantanaís (338) e o *oeste de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul*, formado pelas Microrregiões Médio Tocantins-Araguaia (348), Alto Tocantins (350), Rio Vermelho (353), Alto Araguaia Goiano (356), Paranaíba (340) e Três Lagoas (343).

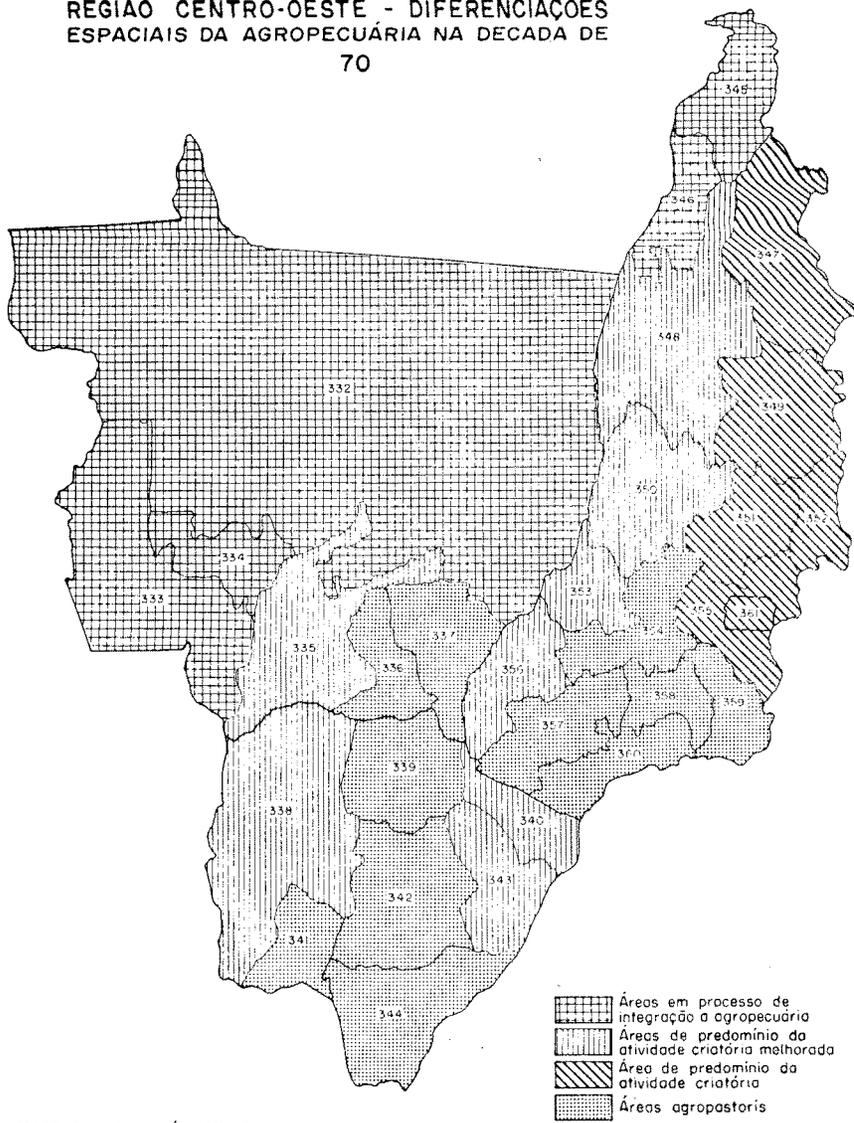
##### 4.1.1 — Subárea dos pantanaís

É formada, essa subárea, na quase totalidade, pelo chamado Complexo do Pantanal, região fisiográfica de características incomuns do continente sul americano, que, devido à riqueza de sua vegetação e fauna, pode ser considerada uma das reservas ecológicas mais importantes do mundo (Mapa 6).

Banhado pelo rio Paraguai e seus tributários, o Complexo do Pantanal constitui-se numa extensa planície com altitudes variando entre 40 e 100 metros, sujeita a inundações na estação chuvosa que se constituem num importante elemento físico, favorável à renovação das pastagens naturais aí existentes.

Toda essa área, portanto, apresenta-se, ainda, bastante dependente das condições naturais, não só com relação ao tipo de atividade econômica que aí é desenvolvida, como também, quanto ao sistema em que é praticada. Assim sendo, o Complexo do Pantanal, por conter diversas formações vegetais, representadas por trechos de matas, cerrados, campos limpos, vegetação aquática e outras ocorrências, cons-

REGIÃO CENTRO-OESTE - DIFERENCIAÇÕES  
 ESPACIAIS DA AGROPECUÁRIA NA DÉCADA DE  
 70



FONTE - Censo Agropecuário 1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

titui-se, no seu conjunto, numa mistura de espécies arbóreas e herbáceas que formam excelentes pastagens. Este fato permitiu à economia pantaneira voltar-se para a atividade pastoril, praticada de forma extensiva, que aí passou a desempenhar papel de grande importância no abastecimento regional e nacional.

Entretanto, devido ao processo de pecuarização que se difundiu a partir dos anos 70, pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Pantanal perdeu, relativamente, a sua expressão, percebendo-se, nitidamente que a pecuária dessa subárea, atravessa um período de



MAPA 6

estabilização, ao mesmo tempo em que outros setores da economia permanecem em plano secundário.

Deve-se destacar que a subárea do Pantanal apresenta uma situação particular de isolamento, provocada, em parte, pelo processo histórico que norteou sua ocupação, pela grande distância existente entre seus núcleos urbanos, inclusive Cuiabá, e pelo deficiente sistema de circulação que, nessa década, teve suas condições agravadas principalmente, por enchentes de caráter excepcional. Na realidade, o grande isolamento existente entre as diversas áreas que abrangem essa extensa subárea, advém, também, do fato de as atividades econômicas do Pantanal serem comandadas por centros que lhe são estranhos, especialmente os grandes centros consumidores do Sudeste e Campo Grande, que desempenham importante papel na organização espacial dessa subárea.

Assim, a situação do Pantanal, no que diz respeito às vias de circulação internas e ao acesso aos principais mercados consumidores, tornou-se desvantajosa para as atividades pastoris, quando comparada a outras áreas criatórias dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse fato se explica uma vez que essas áreas foram beneficiadas pela abertura de novas rodovias e pela pavimentação das principais estradas já existentes, enquanto o Pantanal apresenta sérios problemas quanto à circulação, pois apesar de dispor da BR-262, esta é sujeita a interrupções no seu tráfego, na época das inundações, e a navegação fluvial, ainda presente na subárea, se faz de maneira bastante precária. Portanto, o Pantanal conta, na realidade, para o escoamento de sua produção, com a antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, construída em 1914. Entretanto, a navegação fluvial no passado se cons-

tituiu no seu mais importante sistema de circulação, sendo que era através do rio Paraguai que Mato Grosso entrava em contato com a Região Sudeste. Hoje, com a abertura de rodovias que atingem Cuiabá e a porção setentrional de Mato Grosso, em direção à Amazônia, o transporte fluvial tornou-se deficitário e suas áreas ribeirinhas, que dele dependiam, entraram em franco declínio.

Além desses problemas que afetam, em certa medida, o desempenho da atividade criatória nessa subárea, outras questões relativas à redução na concessão de crédito agrícola e às grandes inundações têm levado a sua economia a inúmeras crises<sup>5</sup>.

Na realidade, essas crises advindas desse conjunto de problemas, parecem ser um indicador da atual tendência da economia, nessa subárea, que é a estabilização da pecuária pantaneira.

De fato o total do rebanho bovino do Pantanal, no período de 1970 a 1980, apresentou um expressivo decréscimo, passando de 4.317.789 para 3.829.751 animais. Essa diminuição, associada ao grande aumento verificado no efetivo bovino da Região Centro-Oeste, o qual fez surgir importantes áreas de pecuária melhorada, com melhor localização em relação aos mercados consumidores, foi, em parte, responsável pela significativa perda de expressão do rebanho pantaneiro, que em 1970 representava 25,34% do rebanho regional, e, em 1980, correspondia a apenas 11,5%. A falta de dinamismo da atividade criatória se traduziu, ainda, no pequeno aumento dos pastos plantados que, no entanto, deve ter sido responsável pelo aumento verificado no número de tratores, que passou de 791, em 1970, para 3.182, em 1980, já que, nesse período, a lavoura não revelou crescimento que justificasse essa mecanização.

Apesar desses aspectos darem conta de que a atividade criatória pantaneira não experimenta mais a fase de prosperidade que a caracterizou, praticamente, durante quatro décadas, é possível encontrar sinais que denotam que essa atividade também se renova e perde muitas de suas características de extensividade, já que apresentou importantes inovações visando obter maior produtividade do rebanho<sup>6</sup>.

Embora, no conjunto dessa subárea, tenha sido nítida a situação estável da atividade criatória, esta foi mais flagrante na Microrregião Pantanaís, onde se deu, entre 1970 e 1980, uma redução, da ordem de 719.073 cabeças, no plantel bovino. Na porção setentrional dessa subárea, entretanto, onde a pecuária, no passado, apresentou um ritmo de crescimento mais lento do que aquele verificado na Microrregião Pantanaís, verifica-se uma tendência à maior dinamização. Na década de 70, ao se expandir o povoamento para o norte do Estado a Microrregião Baixada Cuiabana passa a usufruir dos incentivos governamentais para a implantação de projetos agropecuários e da abertura de novas rodovias que convergem para o Sudeste, passando, assim, a contar com melhores condições de acesso ao mercado, apesar de mais distante desses centros consumidores. Acresce, ainda, que a rapidez

---

<sup>5</sup> As inundações de 1974 e anos subsequentes foram responsáveis pela diminuição do efetivo bovino em vários municípios dessa área. Ver a respeito em: DIAGNÓSTICO sócio-econômico: Microrregião Baixada Cuiabana. Cuiabá, Governo do Estado de Mato Grosso, 1980.

<sup>6</sup> UNE, Mitiko Yanaga; AGUIAR, Tereza Coni. *Pantanal Mato-grossense*. Rio de Janeiro, IGU, 1982. p. 127.

com que se deu o processo de urbanização nesse Estado, bem como a instalação do Frigorífico da Sadia Oeste, nessa área, foram fatores que ampliaram, consideravelmente, o mercado consumidor estadual de carne. Com novos estímulos, a pecuária, nessa porção da subárea, vem apresentando uma tendência à expansão, tendo ocorrido, na década de 70, um aumento de 177.035 cabeças no seu rebanho bovino que em mais de 80% destinava-se, em 1975, ao corte.

Já o desenvolvimento da lavoura, nessa subárea, é bastante fraco, sendo praticada, quase que exclusivamente visando à subsistência dos produtores e de seus familiares. Por esse motivo, as lavouras ocupam fração muito reduzida da área total dos estabelecimentos, 0,7% nos Pantanais e 4% na Baixada Cuiabana, sendo os produtos tradicionais — arroz, feijão e mandioca — os mais cultivados. O único produto que está mais voltado para a comercialização é a cana-de-açúcar, cultivo ligado aos primórdios da ocupação e localizado, principalmente, na porção setentrional dessa subárea, ao longo do rio Cuiabá, onde, ainda hoje, tem uma posição de destaque a nível local.

Apesar da pequena expressão da lavoura, como atividade econômica, nota-se que no decorrer dos anos 70 houve um acréscimo de 183.607 hectares à área cultivada, nessa subárea. Embora, esse dado, comparado ao de outras áreas agrícolas da Região Centro-Oeste, não seja muito expressivo, ele retrata, principalmente, o aumento do cultivo de um produto — o arroz — que se expande nas áreas de cerrado situadas na Baixada Cuiabana, em função, não apenas dos estímulos para aí dirigidos na década de 70 pelas políticas governamentais, mas, principalmente, devido ao aumento da demanda dos mercados regionais. De fato, essa subárea não apresentou condições favoráveis à implantação de lavouras voltadas ao mercado externo, tal como se deu em outras áreas do Centro-Oeste. Esta situação encontra explicação nas condições naturais da área favoráveis à pecuária, e, também, na falta de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e à comercialização de seus produtos.

O fato de a subárea dos Pantanais ter se desenvolvido e firmado em função de uma economia baseada na criação bovina, praticada em moldes extensivos, favoreceu, sem dúvida, a formação de uma estrutura fundiária baseada em grandes propriedades. Atualmente, embora a pecuária tenha apresentado modificações que alteraram, em muito, o caráter de extensividade que caracterizou, no passado, o seu sistema criatório, o padrão de distribuição de terras altamente concentrado, vigente em 1980, é o que continua predominando na área. Os pequenos estabelecimentos (0 a 100 ha) ocupam uma área bastante inexpressiva, haja vista que abrangem, apenas, 0,88% da área total dos estabelecimentos, na Microrregião Pantanais, e 2,44%, na Baixada Cuiabana, embora sua participação numérica seja bastante significativa, correspondendo a 55,91% do número total de estabelecimentos na Microrregião Pantanais, e 76,34%, na Baixada Cuiabana. Essa desproporção existente entre a área e o número dos estabelecimentos, fica ainda mais flagrante quando se atenta para as unidades produtivas de maiores dimensões. Na Baixada Cuiabana, os estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares ocupam mais de 90% da área total das unidades produtivas e participam com apenas 5,32% do número total dessas unidades. Já na Microrregião Pantanais, a participação dessas unidades produtivas é mais elevada, chegando a atingir a 25% do

número total dos estabelecimentos. Esta característica se deve ao fato de ter sido aí a distribuição das terras fundamentada em grandes unidades de produção que poucas alterações sofreram, quanto ao padrão altamente concentrado de sua estrutura fundiária, desde o início de sua ocupação. Verificou-se ainda, nessa década, na Baixada Cuiabana, a expansão, tanto do número quanto da área dos estabelecimentos, em todas as classes de área, fato que se retratou no aumento do seu grau de ocupação que de 54,5%, em 1970, passou para 70,5%, em 1980.

Essa situação particular à Microrregião Baixada Cuiabana é um reflexo da construção de estradas que demandam o norte do Estado, e dos demais incentivos que se fizeram sentir nessa área em função da abertura da fronteira agrícola no norte mato-grossense.

Outra característica antiga dessa subárea, e que se mantém, praticamente, desde a sua ocupação diz respeito à baixa capacidade de absorção de mão-de-obra. Essa situação foi agravada, nos últimos anos, pela falta de dinamismo que caracterizou a atividade agropecuária e que chegou a provocar na segunda metade da década uma redução do pessoal ocupado na área rural: de 81.472 em 1975, para 74.220 pessoas, em 1980. Essa problemática teve efeitos, também, na distribuição da população que, há três décadas, se caracteriza pelo predomínio da população urbana sobre a rural, tendo apresentado, nos anos 70, uma aceleração no seu processo de urbanização, quando a participação da população, que vivia nos núcleos urbanos, passou de 57,87%, em 1970, para 77,3%, em 1980. Esse crescimento deveu-se, em parte, à saída de população da área rural, que nesse mesmo período sofreu uma perda de 27.091 pessoas. Deve-se, ainda, acrescentar, no que diz respeito à distribuição de população, que a Baixada Cuiabana contou com maior dinamismo populacional, traduzido numa variação relativa da ordem de 86,5%, enquanto a Microrregião Pantanais manteve um ritmo de crescimento lento, atingindo, apenas, a variação de 12,5%. Essa diferença de comportamento, entre as duas microrregiões que compõem essa subárea, se prende, principalmente, às características específicas de cada uma delas. Assim, a Baixada Cuiabana recebe atualmente as influências do avanço da fronteira no norte mato-grossense, fato que a torna uma área rural mais dinâmica, enquanto os Pantanais formam uma região onde, em quase sua totalidade, a atividade pastoril já se encontra estruturada como importante atividade econômica, desde o século passado, o que lhe imprime um aspecto de maior estabilidade.

Deve-se ainda acrescentar que essa área, como as demais do Centro-Oeste, também foi beneficiada, nessa década, através de incentivos especialmente daqueles provenientes da criação do PRODEPAN, cujos objetivos giraram em torno da complementação da infra-estrutura de transportes, energia elétrica e saneamento, do controle de enchentes, da melhoria das pastagens, incluindo-se, além disso, técnicas de defesa sanitária e de manejo do gado. Pretendia-se também dar o estímulo necessário ao avanço da industrialização de matérias-primas locais, principalmente da carne.

Entretanto, os dados referentes à agropecuária parecem demonstrar que essa subárea não respondeu às expectativas do Governo, notadamente no que se refere à modernização da atividade agrícola. Com efeito, o fato de a criação bovina mostrar-se, ainda, altamente lucrativa mesmo sem grandes investimentos de capital, aliado às dificuldades de implantação de uma lavoura voltada à exportação, deixa

claro que essa subárea, quando comparada às demais da Região Centro-Oeste, não foi um campo fértil à expansão de uma agricultura em moldes capitalistas modernos.

#### 4.1.2 — Subárea do oeste goiano e nordeste de Mato Grosso do Sul

Essa subárea se estende pelas terras goianas drenadas pela bacia do Araguaia-Tocantins, prolongando-se em direção ao sul, até os rios Paraná e Pardo, abrangendo, assim, o nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 7). O vale do rio Tocantins se constituiu, no passado, na principal via de penetração do norte de Goiás e, através da navegação fluvial, essa porção do Estado mantinha ligações comerciais com outras áreas do País, notadamente com o Maranhão e o Pará.

A partir da implantação da Rodovia Belém-Brasília reorienta-se o sistema de circulação dessa área que passa a ter acesso aos mercados mais dinâmicos do Sudeste. Hoje, além da Belém-Brasília que a atravessa no seu trecho goiano, no sentido norte-sul, existem também outras rodovias que cortam essa área, em direção à Amazônia, no sentido leste-oeste, alcançando os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre.

O nordeste do Mato Grosso do Sul, teve, por sua vez, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que alcançou essa porção do Estado em 1914, importante fator de dinamização da atividade criatória, sendo também responsável pelo crescimento que a Cidade Três Lagoas passou a apresentar a partir de então. Mais recentemente, a ligação rodoviária dessa área com o Oeste Paulista trouxe novo impulso às atividades agropecuárias que já vinham se desenvolvendo num ritmo crescente.



MAPA - 7

Com efeito, as vias de circulação têm desempenhado um papel de particular importância que, atualmente, se vê reforçado com a implantação de políticas governamentais que vêm privilegiando áreas localizadas ao longo dos principais eixos de circulação do País. Nessa subárea estão localizadas duas áreas-programa do POLOCENTRO: Três Lagoas, situada ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (entre Campo Grande e Três Lagoas) e Gurupi, ao longo da Belém-Brasília (entre Gurupi e Porangatu) para onde estava prevista a alocação de recursos destinados à infra-estrutura de apoio às atividades agropecuárias.

Além de contar com a facilidade de acesso aos principais mercados consumidores do País, dispõe também essa subárea, como as demais do Centro-Oeste, de extensões de cerrados que, atualmente, não se destinam, apenas, à pecuária mas à expansão da lavoura de produtos não tradicionais. Além desses aspectos já considerados, essa subárea tem na pecuária extensiva o esteio de sua economia, atividade que vem respondendo positivamente aos estímulos provenientes não só de importantes áreas criatórias do Oeste Paulista e do Triângulo Mineiro, mas, também, de mercados consumidores da Região Centro-Oeste e do norte do País. Esses fatores pesaram, provavelmente, na definição das áreas-programa aí instaladas pelo POLOCENTRO, cujo objetivo principal era a difusão de tecnologia agrícola adequada aos cerrados em direção a uma modernização dessa atividade, como já vinha ocorrendo noutras partes do País.

Sendo assim a pecuária, atividade econômica dominante, chega a representar, atualmente, em todas as microrregiões dessa subárea mais de 50% do valor da produção das atividades do setor primário e, após impulsos recebidos com a implantação da Rodovia Belém-Brasília, experimentou na década de 70 uma expansão em função dos recursos que lhe foram direcionados.

Assim, o plantel bovino desse conjunto de microrregiões, aumentou numericamente, passando de 2.770.616 cabeças, em 1970, para 6.701.305, em 1980, e, igualmente em termos relativos, teve sua participação elevada de 16,05 para 20,19%, em relação ao total do rebanho bovino do Centro-Oeste, nesse mesmo período. Outros aspectos indicam, ainda, a expansão da criação bovina, tais como a ampliação das áreas em pastagens que, em 1970, abrangeram 12.076.704 hectares e, em 1975, atingiram 14.399.433; o aumento dos pastos plantados que representou uma incorporação de 1.864.835 hectares, e, ainda, a elevação da densidade do rebanho bovino.

Observa-se, no que diz respeito às mudanças ocorridas no sistema criatório, que não obstante o grande crescimento da área em pastagens artificiais — entre 1970 e 1975, foi de 101,56% — ainda predominam os pastos naturais que, apesar de terem acusado um crescimento de apenas 4,47% no período de 1970 a 1975, ainda correspondiam, em 1975, a 74,3% da área total das pastagens dessa subárea. Esses dados no seu conjunto, indicam que embora venham ocorrendo transformações, em direção à melhoria do sistema criatório, a pecuária de corte, principal finalidade do rebanho bovino (83,8% das cabeças de gado, em 1975), ainda se desenvolve nessa subárea, segundo um sistema predominantemente extensivo.

Paralelamente a essa expansão da pecuária, deu-se também, um crescimento das áreas voltadas para a lavoura que acusaram uma

variação de 234,32% (Mapa 2). Apesar desse aumento, a superfície ocupada com cultivos, em 1980, era de apenas 1.086.414 hectares, correspondendo a 4,55% da área total dos estabelecimentos rurais. Nesse contexto, destacou-se a expansão da lavoura do arroz que ao longo da década, teve um aumento de 326.911 hectares e a introdução de um novo produto, a soja, que de 29 hectares passou a ocupar 47.236. Por outro lado, o milho e o feijão que no Centro-Oeste encontram-se ligados, sobretudo, à pequena produção de subsistência vêm apresentando retração de suas áreas.

Concomitantemente à expansão das atividades agropecuárias, quando se dá uma grande incorporação de áreas ao processo produtivo, especialmente daquelas com vegetação de cerrado, acentua-se a mecanização, o que se constata pelo acentuado aumento do número de tratores que, em 1970, era de apenas 821 e, em 1980, atingia 8.997 unidades. Essa transformação relaciona-se ao fato de que o cultivo de produtos comerciais e, também a formação de pastagens, vêm cada vez mais sendo realizadas com o emprego da mecanização, dada a existência de subsídios para a aquisição de máquinas agrícolas, nessa década (Mapa 4).

Embora já se tenha iniciado esse processo de modernização das atividades agropecuárias, este não é ainda suficiente para provocar uma redução do grau de absorção de mão-de-obra rural. Tanto é assim, que se verificou um crescimento do contingente de trabalhadores, ao longo dos anos 70, da ordem de 71.869 pessoas, representando uma variação relativa de 49,79%. Deve-se, entretanto, observar que as informações oficiais referem-se ao pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, mas não se dispõe de dados sobre o número de pessoas que não foram, efetivamente, absorvidas no setor rural. Dessa forma, o excedente de mão-de-obra que não teve possibilidade de se engajar nas lides rurais, estaria abandonando o campo em busca de outras áreas, rurais ou urbanas, que se apresentassem mais vantajosas em termos de oferta de emprego.

De fato, na década de 70, ocorreu uma redução da população rural na maioria das microrregiões que compõem essa subárea, que correspondeu a um decréscimo de 38.897 pessoas. Esse esvaziamento do campo, embora possa estar correlacionado com a atração exercida pelos centros urbanos, prende-se mais à estrutura fundiária vigente que se encontra apoiada num sistema de grandes propriedades ligadas, predominantemente, a atividades poupadoras de mão-de-obra.

No que diz respeito a essa questão da distribuição das terras, observou-se, nesse conjunto de microrregiões, a mesma tendência da Região Centro-Oeste, na década de 70, que é a acentuação da concentração fundiária, uma vez que houve redução do número e da área dos estabelecimentos de dimensão inferior a 100 hectares e expansão dos demais com área superior.

Essa concentração fundiária se dá paralelamente a um processo de privatização das terras. Assim, em 1980, os proprietários totalizavam 31.552 produtores responsáveis pela exploração de uma área que atingia 21.608.802 hectares. Essa predominância dos proprietários contrasta com a reduzida expressão dos demais produtores — arrendatários e parceiros — que não dispõem da propriedade da terra. Os arrendatários na década de 70, acusaram, em seu conjunto, diminuição do número e passaram a dispor, para a realização de suas explo-

rações agropecuárias, de menores extensões de terra. Já a categoria dos parceiros, embora tenha acusado uma ligeira redução numérica, apresentou significativo aumento da área total sob sua responsabilidade. Ao contrário, os ocupantes experimentaram sensível perda de expressão, pois tiveram seus estabelecimentos reduzidos em 30,2% do número e 20,4% da área, ao longo da década de 70, apesar de se constituírem na categoria de produtor rural mais numerosa, após a dos proprietários. Em 1980, os ocupantes exploravam 1.649.817 hectares que correspondiam a 5.786 estabelecimentos rurais.

#### 4.2 — Área de predomínio da atividade criatória — o leste goiano

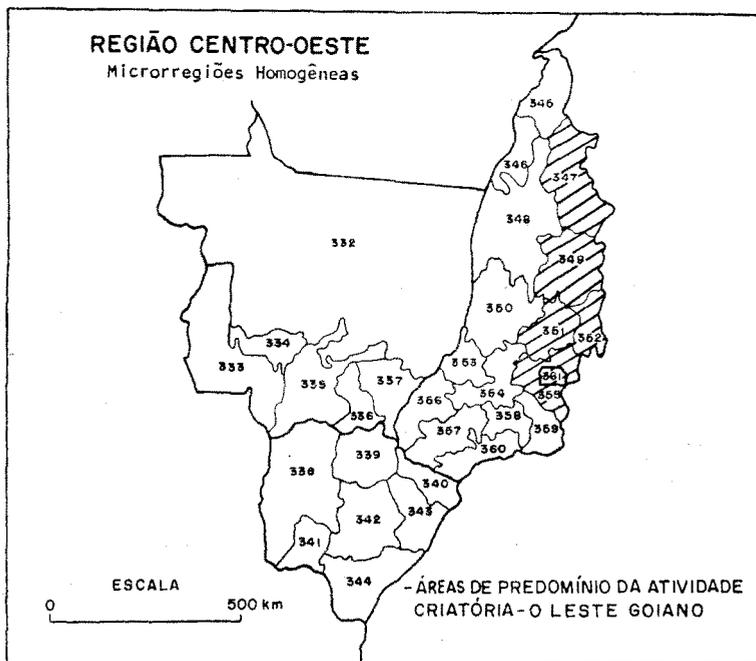
Considerou-se área de predomínio da pecuária o conjunto de microrregiões onde a participação das pastagens foi, também, superior a 52% sendo, porem, o valor da produção relativa à atividade criatória inferior a 50% do valor total da produção. Verificou-se, ainda, nessa área, o predomínio de densidades mais fracas do rebanho bovino apontando, assim, a dominância de uma atividade criatória tradicional, predominantemente extensiva. Esses critérios definiram a área do *leste goiano* compreendido pelas Microrregiões Tocantina de Pedro Afonso (347), Serra Geral de Goiás (349), Chapada dos Veadeiros (351), Vão do Paranã (352) e Planalto Goiano (355).

Essa área é composta na sua maioria por microrregiões que se encontram, de certa forma, marginalizadas em relação às principais vias de circulação do Estado de Goiás — BR-153 (Belém-Brasília) e BR-020 (Brasília-Fortaleza) — e, por conseguinte, não se beneficiam das vantagens oferecidas por essas vias, especialmente no que diz respeito ao acesso aos mercados mais importantes do País. Exclui-se dessa característica a sua Microrregião mais meridional — a Planalto Goiano — circunvizinha ao Distrito Federal e, portanto, servida por todas as rodovias que demandam à Brasília (Mapa 8). Por essa posição geográfica a Microrregião Planalto Goiano apresenta algumas características relativas à sua atividade agropecuária que a aproximarão mais do sul de Goiás, embora, no conjunto, apresente como dominantes as particularidades que definem o leste goiano como um todo.

Constitui-se o leste de Goiás numa área predominantemente pastoril, que apesar dos incentivos oferecidos na década de 70, não chegou a modificar as características de sua principal atividade econômica, que continua se desenvolvendo de forma extensiva, predominando os cultivos voltados para a subsistência. Acresce, ainda, que a exploração da madeira tem, aí, um papel de relevância, principalmente na Microrregião Vão do Paranã, onde chega a se constituir em importante atividade econômica, notadamente através da extração da aroeira.

Traduzindo a falta de dinamismo das atividades econômicas que se desenvolvem no leste goiano, a maioria de seus centros urbanos, antigos núcleos ligados à mineração aurífera, ou originados com a introdução da atividade criatória, caracterizam-se, hoje, pela pouca expressão que assumem em termos regionais. Constituem-se, assim, em núcleos que desempenham funções de caráter eminentemente local, não desenvolvendo funções ligadas à comercialização ou beneficiamento da produção agrícola dessa área.

Acresce, ainda, que suas atividades agrárias não foram dinamizadas pela implantação da Capital Federal, apesar de sua relativa pro-



MAPA 8

ximidade. Essa situação se prende, não só às frágeis condições da infraestrutura de apoio às atividades agropecuárias, mas também à existência de outras áreas agrícolas já organizadas como produtoras de alimentos, no Centro-Oeste e fora dele, que apresentavam maiores possibilidades de atender à demanda do mercado consumidor da Capital Federal.

Apesar de a proximidade de Brasília não ter sido um fator a impulsionar um maior desenvolvimento das áreas rurais do leste goiano, são aquelas das imediações da Capital Federal as que apresentam melhores condições de expandir seu processo produtivo. Essa vantagem advém, principalmente, da recente implantação de rodovias federais e estaduais, em direção à Brasília, e do fato de ter sido essa área alvo de dois programas especiais: o PERGEB e o POLOCENTRO que aí selecionaram a Vão do Paranã como área de atuação. O POLOCENTRO, na sua política de difusão de tecnologia agropecuária previu para essa área-programa beneficiamentos ligados, principalmente, à infra-estrutura de transportes, de energia elétrica e à instalação de equipamentos de moagem e armazenagem da produção. Já o PERGEB considerou essa área favorável ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, com a possibilidade de se constituir numa bacia leiteira voltada para o consumo de Brasília e de estimular uma agricultura irrigada que propiciaria a absorção de grandes contingentes populacionais. Segundo o PERGEB, essa área poderia, assim, atenuar o fluxo migratório nordestino que se destina a Brasília.

As estratégias previstas pelo PERGEB para a Vão do Paranã incluem medidas ligadas à saúde e educação, ao abastecimento d'água,

à distribuição de rede telefônica, além de medidas mais amplas, previstas, também, pelo POLOCENTRO.

Assim, para solucionar problemas tão complexos quanto, por exemplo, o da retenção do fluxo migratório para o Distrito Federal, as estratégias do POLOCENTRO e do PERGEB em pouco se diferenciaram daquelas estabelecidas para outras áreas do Centro-Oeste não tendo sido consideradas suas particularidades e problemas.

Uma das transformações do quadro agrário que mais retrata a ação de incentivos governamentais, no leste de Goiás, diz respeito à elevação do grau de ocupação, em todas as suas microrregiões, e à incorporação de área aos estabelecimentos rurais que na década de 70, foi da ordem de 3.587.098 hectares (Mapa 1). A desproporção existente entre o pequeno aumento ocorrido no número das unidades produtivas (que foi da ordem de 19,87%) e o elevado aumento verificado na sua área (43,74%) indicam que a incorporação de terras vem se dando através de grandes estabelecimentos rurais. Apesar dessa tendência, observou-se, ainda, que devido à grande disponibilidade de terras existente no leste goiano, verificou-se o aumento do número e da área dos estabelecimentos em todos os estratos fundiários.

Respondendo aos estímulos criados pela política governamental, essa área apresentou, no período de 1970 a 1980, uma série de indicadores que expressam uma reativação das suas atividades agropecuárias, notadamente da criação bovina. Entretanto, quando se compara o valor da sua produção pecuária e a sua densidade do rebanho bovino com as demais subáreas identificadas no Centro-Oeste, verifica-se que, no leste goiano, a atividade criatória tem reduzida expressão econômica, embora tenha ocorrido, na década de 70, um aumento de 1.012.902 cabeças no seu efetivo bovino (Mapa 3). Esse aumento, entretanto, não foi suficiente para alterar a posição do seu rebanho, com relação ao do Centro-Oeste, pois, manteve, praticamente, a mesma participação — em torno de 6% — em 1970 e 1980.

A criação bovina, no leste goiano, tem no corte sua principal finalidade, para a qual se destinavam mais de 80% do seu rebanho em 1975. Excetua-se apenas a Microrregião Planalto Goiano, onde assume certa importância a pecuária leiteira, para a qual se orientam 22,1% do efetivo bovino dessa Microrregião.

A atividade criatória desenvolve-se, ainda, nessa área, de forma bastante extensiva, já que, na primeira metade da década de 70, tiveram significativo aumento as pastagens naturais (1.016.638 ha), embora já mereçam destaque os pastos plantados que acusaram, simultaneamente, um acréscimo de 436.434 hectares. A importância da pecuária, no leste goiano, torna-se flagrante quando se verifica que suas pastagens atingiram mais de 60% da área dos seus estabelecimentos rurais, em 1975, chegando a ocupar 77,9% da área total das unidades produtivas locais, na Planalto Goiano.

Já, a lavoura tem uma posição secundária, baseando-se na produção de bens alimentares para consumo da população local (Mapa 2). Destaca-se apenas, a Planalto Goiano, onde essa atividade chega a alcançar 7,3% da área dos estabelecimentos rurais, sendo sua participação, nas demais microrregiões, inferior a 4%. No entanto, apesar da pouca expressão que as lavouras assumem no leste goiano, verificou-se, na década de 70, um aumento bastante significativo da área cultivada que passou de 152.111 hectares, em 1970, para 403.064, em 1980. Foi

o arroz o produto que mais se expandiu, nesse período, quando aumentou 62.252 hectares em sua área colhida. Com relação aos demais produtos de subsistência, verificou-se que não acusaram aumentos significativos de suas áreas colhidas, chegando, mesmo a verificar decréscimo na área colhida com feijão, em algumas microrregiões. Ressalte-se que a soja que tem a sua produção estimulada pelo Governo Federal teve nessa década seu cultivo introduzido na Planalto Goiano.

Participação mais expressiva do que a das áreas em lavouras acusaram as matas que, em 1975, chegaram a atingir 17% da área total dos estabelecimentos rurais, traço que dá singularidade ao leste goiano. As Microrregiões Vão do Paranã e Tocantina de Pedro Afonso, em 1975, com cerca de 30% da área total de suas unidades produtivas cobertas por matas, têm na exploração da madeira uma das suas mais importantes atividades econômicas.

A expansão das lavouras comerciais e a formação de novas pastagens deram-se juntamente com um expressivo aumento do número de tratores que, de 256 máquinas empregadas nas atividades agrícolas, em 1970, passou a 2.648, em 1980. Apesar desse aumento, essa área não foi das que mais se destacou pela incorporação de mecanização, haja vista ter sido a Microrregião Planalto Goiano que concentrou 61,48% das máquinas que passaram a integrar seu processo de produção agrícola (Mapa 4).

Apesar desse aumento da mecanização nas atividades agropecuárias do leste goiano que é sabidamente um fator poupador de mão-de-obra, deu-se, na década de 70, um crescimento de 59,97% do pessoal ocupado nessas atividades que passou de 112.742 pessoas, em 1970, para 188.000, em 1980. Esse aumento ocorreu em todas as microrregiões devido, não apenas à expansão das lavouras de arroz e de soja e da pecuária, mas também em função de novas unidades produtivas que, nessa década, aí se implantaram.

Apesar de o leste goiano mostrar sinais de difusão do capitalismo no campo, como noutras áreas do Centro-Oeste, nessa área esse processo parece ter se iniciado mais tarde e, por essa razão, as atividades de subsistência ainda têm um papel bastante expressivo, embora aquelas voltadas para o mercado venham se dinamizando. Assim, por ser a área rural pouco integrada aos principais eixos de circulação do País, nota-se que apenas recentemente vem ampliando seu espaço dedicado à agropecuária, no sentido de maior integração ao processo produtivo nacional. Por esta razão, essa área ainda guarda particularidades que não são comuns às outras áreas do Centro-Oeste já estruturadas e vinculadas aos principais mercados do País. Entre essas particularidades sobressai, sem dúvida, o número elevado de ocupantes que em Tocantina de Pedro Afonso chega a ultrapassar o de proprietários. Apesar da importância desse tipo de produtor, observa-se já uma leve tendência à diminuição de seu número, ao longo da década de 70. Entretanto, com exceção da Microrregião Planalto Goiano, a área abrangida por seus estabelecimentos vem apresentando significativos acréscimos.

Paralelamente verificou-se, também, um grande aumento do número e da área de estabelecimentos explorados por proprietários, refletindo o interesse que o leste goiano tem suscitado nessa categoria de produtores (Tabela 2). Assim, assistiu-se nessa área à chegada de produtores provenientes de outras partes do País o que, devido à presença expressiva de ocupantes, levou a freqüentes disputas pela terra e, conseqüentemente, ocasionou inúmeros conflitos.

TABELA 2

**PRINCIPAIS CATEGORIAS DE PRODUTORES  
RURAIS — ÁREA DO LESTE GOIANO — 1970-1980**

MICRORREGIÕES	PRODUTORES RURAIS							
	Proprietários				Ocupantes			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>TOTAL</b> .....	20 700	25 999	6 847 396	9 843 103	8 898	8 617	1 312 250	1 766 016
Tocantina de Pedro Afonso..	1 648	2 791	866 651	1 193 093	4 066	3 833	669 247	885 440
Serra Geral de Goiás.....	3 705	5 431	2 114 240	3 121 464	2 629	2 950	475 361	695 708
Chapada dos Veadeiros.....	3 103	4 089	783 346	1 397 645	1 044	1 047	79 784	114 229
Vão do Paranã.....	3 397	4 217	832 837	1 268 067	342	238	11 208	31 218
Planalto Goiano.....	8 847	9 471	2 230 322	2 862 834	817	549	76 650	39 421

**FONTE** — Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Outro aspecto que diferencia essa área das demais identificadas no Centro-Oeste diz respeito ao predomínio da população rural sobre a urbana em 1980, excetuando-se, apenas, a Microrregião Planalto Goiano que foi, também, a única a apresentar decréscimo da população rural na década de 70. Embora a população que vive no campo tenha, ainda, uma superioridade numérica sobre a população dos núcleos urbanos, já se observa uma diminuição da sua participação total, o que vem mostrar uma modificação no padrão de sua distribuição em direção à tendência geral do Centro-Oeste, em 1980, que é o predomínio da população urbana (Tabela 3).

TABELA 3

**SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E  
RURAL — ÁREA DO LESTE GOIANO — 1970-1980**

MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO							
	Urbana				Rural			
	1970		1980		1970		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>TOTAL</b> .....	85 046	20,70	244 041	41,60	325 977	79,50	341 413	58,30
Tocantina de Pedro Afonso..	10 603	15,80	15 157	20,90	56 498	84,20	57 534	79,10
Serra Geral de Goiás.....	16 346	18,70	36 615	31,00	71 056	61,30	81 684	60,00
Chapada dos Veadeiros.....	5 668	13,40	13 977	24,10	36 668	86,60	44 070	75,90
Vão do Paranã.....	9 806	19,80	22 709	32,20	39 780	80,20	47 853	67,80
Planalto Goiano.....	42 623	25,90	155 583	58,50	121 955	74,10	110 272	41,50

**FONTE** — Censo Demográfico 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, IBGE.

Embora o Distrito Federal se encontre localizado no leste goiano, os dados relativos à sua atividade agropecuária não foram considerados na definição dessa área do espaço rural goiano, devido às peculiaridades inerentes ao fato de ser a capital do País. Dentre essas peculiaridades, cabe destacar a sua característica eminentemente urbana (em 1980, 96,8% da sua população total concentrava-se nas áreas urbanas), a questão da propriedade das terras que, na sua maioria, pertencem ao Poder Público e a expansão nas áreas rurais de sítios de lazer. Assim, as características de sua atividade agropecuária em muito diferem daquelas que definiram o leste goiano. Apesar de sua função político-administrativa que o individualiza, o desenvolvimento de atividades agropecuárias vem sendo incentivado, através de programas que visam a formação de um cinturão verde para o abastecimento de Brasília e a expansão de grandes lavouras comerciais (trigo, soja e arroz) e da pecuária. Considerando-se que a grande maioria das terras do Distrito Federal é de propriedade do Governo Federal, uma das soluções encontradas para pôr em prática a idéia do cinturão verde, foi a criação de Núcleos Rurais. Estes deveriam contar com infra-estrutura de comercialização, além de assistência técnica e creditícia ao pequeno produtor.

Considerando-se que a produção hortigranjeira desses Núcleos Rurais concentra-se em pequenos e médios estabelecimentos, a Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal vem também pretendendo a dinamização dessa atividade, através de medidas que assegurem a comercialização em Brasília.

Para atender a esses objetivos, essa mesma Secretaria estabeleceu políticas prioritárias de ação viabilizadas através de uma série de programas específicos. Destaca-se, dentre eles, o PROHORT que é um programa de caráter emergencial voltado para o incentivo à produção e comercialização de hortigranjeiros no Distrito Federal.

Contrastando com a situação dos Núcleos Rurais cujos objetivos não foram totalmente atingidos, situam-se os Projetos Especiais que têm posição privilegiada no tocante à canalização de recursos, gerando uma incômoda situação de seletividade em relação aos pequenos produtores locais. O fato de esses projetos privilegiarem empresários em detrimento de pequenos produtores, bem como de voltarem-se para atividades que não estão ligadas ao mercado de Brasília, mas, sim, destinadas aos mercados nacional e internacional, dificulta a expansão de áreas realmente voltadas para o abastecimento da Capital Federal.

Nesse contexto, tem-se uma estrutura fundiária altamente concentrada, uma vez que, em 1980, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares correspondiam a 80% do número e englobavam 20,5% da área, enquanto que os grandes estabelecimentos, aqueles de área superior a 1.000 hectares, representavam apenas 1,5% do número e abrangiam 28,8% da área. A disparidade no ritmo de crescimento do número e da área de estabelecimentos, no período de 1970 a 1980 — 37 e 64%, respectivamente — assinalam a expansão de estabelecimentos de maiores dimensões, o que poderá se constituir numa tendência, haja vista a própria política agrícola nacional que privilegia, de fato, o grande produtor rural.

Ao que tudo indica, os grandes produtores rurais, no Distrito Federal são, principalmente, proprietários e arrendatários por serem aqueles que já, em 1980, detinham estabelecimentos de maior área média. Nota-se, no entanto, que os proprietários perderam expressão

espacial e numérica, ao longo da década de 70, enquanto que, em 1980, destacaram-se os arrendatários como os mais numerosos, o que se compreende pelo fato de ser a maior parte das terras no Distrito Federal de propriedade do Poder Público.

Nesse sentido, compreende-se o insucesso dos Núcleos Rurais horti-granjeiros, constituídos de pequenos e médios produtores, e o avanço das grandes explorações de lavouras comerciais principalmente arroz e soja, amparadas pelos Projetos Especiais. De fato, ao longo da década, as lavouras temporárias incorporaram à sua área de produção 40.716 hectares, o que acarretou um significativo aumento na participação dos cultivos temporários, na área total dos estabelecimentos, que, de 5%, em 1970, passou a representar 17,6%, em 1980.

Da mesma forma que as grandes lavouras comerciais, a pecuária, predominantemente leiteira, também, foi alvo de incentivos desses Projetos Especiais, verificando-se, ao longo da década, um aumento do rebanho bovino de 116%. As condições em que se desenvolve essa atividade revelam uma melhoria do sistema criatório, já que, em 1975, assistia-se a um declínio das áreas em pastos naturais em favor daquelas em pastagens formadas. Nesse processo de aprimoramento das técnicas de criação bovina e de expansão da lavoura, um fator relevante foi o avanço da mecanização verificado através do aumento do número de tratores que, nessa década, foi de 1.211 unidades.

Apesar desse incremento da mecanização, esta não foi ainda capaz de provocar uma retração no emprego da mão-de-obra agrícola que continua a acusar crescimento, uma vez que, nessa década, o contingente de trabalhadores foi acrescido de 7.235 pessoas, correspondendo a uma variação de cerca de 100%.

Além desse aspecto, nota-se também um dinamismo com relação ao crescimento da população total do Distrito Federal que, ao longo dos anos 70, sofreu um acréscimo de 657.318 habitantes, equivalendo a uma variação de mais 100%, referente principalmente à população urbana.

### 4.3 — Áreas agropastoris

Essas áreas, embora tenham sido definidas pelos mesmos critérios utilizados para a caracterização das de predomínio da atividade criatória, diferenciaram-se bastante destas por apresentarem maior destaque no valor da produção da lavoura sobre o de pecuária e, também, por contarem com elevadas densidades do rebanho na maioria das micror-regiões que as compõem. Essas áreas agropastoris compreendem o *sul de Goiás* e o *eixo da BR-163*. A primeira subárea é formada pelas Micror-regiões "Mato Grosso" de Goiás (354), Serra do Caiapó (357), Meia-Ponte (358), Sudeste Goiano (359) e Vertente Goiana do Paranaíba (360). A segunda é composta por Rondonópolis (336), Garças (337), Alto Taquari (339), Bodoquena (341), Pastoril de Campo Grande (342) e Campos de Vacaria e Mata de Dourados (344).

#### 4.3.1 — Subárea do sul de Goiás

Em função de sua posição geográfica essa subárea sofre influência das áreas consumidoras do Sudeste e da importante área pastoril formada pelo Triângulo Mineiro, fatores que, aliados às diretrizes para o desenvolvimento econômico da Região, são responsáveis pela carac-

terização da atividade agropecuária das microrregiões que compõem essa subárea (Mapa 9).

O sul de Goiás sobressai por apresentar-se como uma das mais importantes áreas de lavouras da Região Centro-Oeste, cujo valor da produção chega a ultrapassar o da pecuária que aí é caracterizada por um maior grau de qualificação técnica.



MAPA 9

É o sul de Goiás a mais próspera área do Estado onde estão localizados seus mais importantes centros urbanos — Anápolis e Goiânia — que formam importante e crescente mercado consumidor para sua produção agropecuária, juntamente com a Capital Federal que se situa próxima a essa subárea.

A posição dessa subárea é, ainda, privilegiada pelo traçado de importantes eixos rodoviários que não apenas colocam o sul de Goiás em contato com o norte do País, como interligam seus principais centros urbanos e, dessa forma, permitem o escoamento da produção agropecuária local.

Num passado recente, o sul de Goiás foi uma das poucas áreas do Centro-Oeste para onde convergiram os estímulos governamentais através dos quais foi criado importante núcleo de colonização em área de mata. A partir de então, aí se verificou um desenvolvimento agrícola expressivo, que colocou o sul de Goiás em destaque com relação às demais áreas agrícolas do Centro-Oeste, especialmente porque sua principal atividade econômica passou a ser o cultivo de produtos alimentares para comercialização, o que contrastava com as áreas pastoris que predominavam na Região.

Com as atuais políticas de incentivos governamentais voltadas para o Centro-Oeste, as áreas de cerrados presentes no sul de Goiás e as particularidades de sua localização passam a oferecer condições altamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade agropecuária, visto que as extensões de cerrado mais próximas do Sudeste não se encontram mais atualmente, apenas, voltadas para as atividades pastoris, mas também vêm sendo ocupadas com cultivos comerciais. Nesse sentido o POLOCENTRO selecionou uma área contida entre os rios Verde, Grande e Claro e o eixo da BR-060, no Município Rio Verde, na Microrregião Serra de Calapó, como uma de suas áreas-programa para o desenvolvimento de tais atividades.

Com efeito, entre as transformações ocorridas na área rural do sul de Goiás, na década de 70, destaca-se uma significativa incorporação de terras que chegou a atingir 829.264 hectares, dos quais 655.361 foram anexados no primeiro quinquênio da década. Observa-se, ainda, que foi na Vertente Goiana do Paranaíba e na "Mato Grosso" de Goiás que maiores extensões de terras passaram a fazer parte da área total dos estabelecimentos, sendo as variações de 287.787 e 271.809 hectares, respectivamente (Mapa 1).

Em relação às medidas governamentais previstas para a área tem-se que, a partir da criação do POLOCENTRO (1975), o sul de Goiás apresentou menor extensão de terras incorporadas à área dos estabelecimentos. Isto talvez se explique na medida em que a maior abundância de terras no Centro-Oeste encontra-se nas suas áreas setentrionais, tendo esta subárea, já desde o início da década de 70, um grau de ocupação bastante elevado, superior a 80%.

No que se refere à expansão de terras ocupadas com lavouras, verificou-se uma incorporação da ordem de 607.620 hectares, dos quais 409.331 (67,4%) referem-se à expansão ocorrida na Serra de Calapó e Vertente Goiana do Paranaíba, Microrregiões vizinhas ao Triângulo Mineiro e que se constituem nas áreas que sofreram as maiores transformações na década (Tabela 4). Nesse mesmo período, deu-se nessas duas Microrregiões maior expansão da soja, cultivo que ampliou sua área colhida para 193.787 hectares que correspondem a 86,9% da expansão de soja ocorrida em todo o sul de Goiás. Além desse produto, destacou-se também, o milho pela ampliação de sua área colhida. A expansão do cultivo de soja corresponde a um significativo incremento do número de tratores, pois, no sul de Goiás, em 1970, a atividade agrícola contava com apenas 5.123 tratores, número que se elevou para 16.688, em 1980 (Tabela 5). Se, por um lado, houve um aumento de área colhida com um produto que emprega tecnologia moderna, por outro, verificou-se uma diminuição quase equivalente, em área, do arroz e do feijão, produtos cultivados de forma tradicional, geralmente por pequenos produtores. Essa perda de expressão dessas lavouras deu-se, principalmente, na "Mato Grosso" de Goiás e na Vertente Goiana do Paranaíba, porém, através de processos diversos. Na "Mato Grosso" de Goiás não houve uma introdução significativa da soja, tal como ocorreu na Vertente Goiana do Paranaíba, podendo-se inferir, portanto, que aí, o processo de substituição da lavoura pela pecuária foi mais significativa do que a expansão das lavouras comerciais<sup>7</sup>.

7 Em determinadas áreas da "Mato Grosso" de Goiás ocorreu também uma expansão da horticultura, porém, essa atividade assume diminuta expressão espacial.

TABELA 4

**EXPANSÃO DAS LAVOURAS — SUBÁREAS DO  
SUL DE GOIÁS — 1970-1980**

MICRORREGIÕES	ÁREA TOTAL DE LAVOURAS (ha)		VARIÇÃO RELATIVA DA ÁREA DE LAVOURAS (%)	PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURAS NO TOTAL DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (%)	
	1970	1980	1970/80	1970	1980
TOTAL.....	1 145 343	1 752 963	53,05	8,98	12,77
Mato Grosso de Goiás.....	404 971	457 128	12,90	12,90	13,40
Serra de Caiapó.....	181 955	453 948	149,50	5,40	13,20
Meia-Ponte.....	133 961	229 857	71,60	8,30	13,70
Sudeste Goiano.....	71 785	122 021	70,00	3,50	5,60
Vertente Goiana do Paranaíba.....	352 671	490 009	38,90	12,90	16,20

FORTE — Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

TABELA 5

**EXPANSÃO DE TRATORES — SUBÁREA DO  
SUL DE GOIÁS — 1970-1975-1980**

MICRORREGIÕES	EXPANSÃO DE TRATORES					
	Número de tratores			Variação		
	1970	1975	1980	1970/75	1975/80	1970/80
TOTAL.....	5 123	10 568	16 688	5 445	6 120	11 565
Mato Grosso de Goiás.....	1 407	2 746	3 732	1 339	986	2 325
Serra de Caiapó.....	868	2 201	3 899	1 333	1 698	3 031
Meia-Ponte.....	651	1 242	2 259	591	1 017	1 608
Sudeste Goiano.....	226	576	1 167	350	591	941
Vertente Goiana do Paranaíba...	1 971	3 803	5 631	1 832	1 828	3 660

FORTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Embora tenha se verificado, na década de 70, um aumento das áreas de lavouras nos estabelecimentos rurais, essa expansão não chegou a fazer com que esse uso da terra assumisse primazia espacial tanto que as pastagens continuam a predominar na área total das unidades produtivas. Outro aspecto a considerar é que a expansão das lavouras se deveu, basicamente, ao incremento dos cultivos temporários, mantendo-se as lavouras permanentes com a inexpressiva participação de 1%.

A importância espacial da pecuária é, pois, evidenciada não apenas pelo fato de que, em todas as microrregiões que compõem essa subárea, mais de 67,2% da superfície dos estabelecimentos em 1975, eram ocupados com pastagens, mas também pelo aumento dos pastos plantados, no período de 1970 a 1975, excetuando-se, apenas, a Microrregião Meia-Ponte onde se deu um decréscimo de 12,5%.

As Microrregiões "Mato Grosso" de Goiás, Serra de Caiapó e Vertente Goiana do Paranaíba concentravam 38% do rebanho do sul de Goiás e essa subárea reunia 50,9% do efetivo bovino do Estado de Goiás (8.170.044 cabeças), em 1980. Concomitantemente ao aumento das pastagens e do efetivo bovino, verificaram-se maiores densidades do rebanho, uma vez que, com exceção da Serra de Caiapó, cuja densidade é de 36 cabeças por 100 hectares de pastagem, nas demais alcança 48. Apesar da expansão da atividade criatória nessa subárea, o valor da produção das lavouras predomina no valor total da produção agropecuária, exceto em Meia-Ponte, onde os valores são equivalentes e na Sudeste Goiano, onde predomina o valor da produção da pecuária.

Apesar da existência de áreas voltadas para a produção de leite, nas proximidades dos grandes centros urbanos do sul de Goiás, a pecuária de corte nessa subárea tem tido expressivo incremento concentrando mais de 56% do rebanho, enquanto que, no período de 1970 a 1975, verificou-se significativa tendência à diminuição do rebanho leiteiro. Apenas em Meia-Ponte, deu-se uma variação positiva de 29,5% para esse tipo de rebanho. A proximidade do oeste de São Paulo e do Triângulo Mineiro, onde estão instalados importantes frigoríficos do País, e a presença desse tipo de indústria no sul de Goiás (em Pires do Rio, por exemplo) são responsáveis pela importância que essa atividade vem assumindo na subárea.

Apesar do incremento que ocorreu nas atividades agropecuárias do sul de Goiás, observou-se, ao longo da década de 70, uma significativa tendência à redução de proprietários e de posseiros, categorias de produtores que perderam expressão quando comparadas às demais. Já, com relação aos arrendatários e parceiros, deu-se, na maior parte das microrregiões do sul de Goiás, o aumento e a manutenção dos seus índices de participação. Ao mesmo tempo houve, também, uma tendência ao aumento da área, principalmente daquela sob responsabilidade dos arrendatários. Essas alterações podem ser devidas à atuação desses produtores no processo de formação de pastagens, fato que vem comprovar que, ao mesmo tempo em que as políticas governamentais avançam sobre a área provocando a modernização da agricultura e contribuindo para a acumulação de capital, o fazem através da utilização de formas de produção não capitalistas, como é o caso do arrendamento nessa área de Goiás.

A perda de expressão numérica dos proprietários e posseiros nessa área, está relacionada ao processo de concentração de terras aí verificado na década de 70, o qual se caracterizou por acentuado decréscimo dos pequenos estabelecimentos, principalmente daqueles cuja dimensão varia entre 0 e 10 hectares. As unidades produtivas pertencentes ao grupo de área de 10 a 100 hectares praticamente não sofreram alteração quanto ao número e à área, o mesmo ocorrendo com relação à sua participação no total da área dos estabelecimentos. Porém, quando se observa a variação no número e na área dos estabelecimentos com

área superior a 100 hectares verifica-se, então, significativo aumento em todas as microrregiões que compõem o sul de Goiás. Observa-se, ainda, que os estabelecimentos com área superior a 10.000 hectares eram, praticamente, inexpressivos nessa subárea, tendo apresentado um aumento significativo em número e em área, o que resultou, também, num aumento de sua participação no total dos estabelecimentos rurais. Assim, um importante aspecto a considerar, a partir desses dados relativos ao processo de concentração fundiária, é que esse afetou, principalmente, antigas áreas de colonização e áreas onde a pequena produção de subsistência passou a ser um empecilho à expansão da atividade agropastoril exportadora em curso nos anos 70. Ora, o aumento da concentração de terras nessa área de colonização e, também, em áreas onde a pequena produção de subsistência era a atividade predominante, constitui prova de que a questão fundiária não mereceu, por parte dos planos governamentais, a atenção que lhe era devida. Tratava-se, aí, de melhorar a situação do pequeno lavrador e de criar condições para que ele permanecesse no processo produtivo. Entretanto, a concentração de terras avançou juntamente com a pecuária, conquistando áreas de pequenos colonos e posseiros dedicados à pequena produção de bens alimentares.

Os colonos e pequenos lavradores, ao perderem seu principal meio de produção — a terra — quando não buscam áreas de fronteira no norte do Estado, ou não migram para as áreas urbanas, são praticamente obrigados a descerem na escala social, passando a fazer parte, ou da parcela de produtores que lidam diretamente com a terra, sem a possuírem, como os arrendatários e os parceiros, ou a integrar a força de trabalho assalariada da sua área rural. Considerando-se esses aspectos relacionados à mobilidade vertical de trabalho, tem-se mais um elemento para compreender o aumento da utilização de formas de produção não capitalistas e o incremento da força de trabalho assalariada que, nessa subárea, acusou variações que oscilaram entre 12 e 45%.

Embora tenha sido uma preocupação prioritária das políticas governamentais voltadas para essa subárea, tanto a fixação da mão-de-obra no campo, quanto o aumento da força de trabalho, calcula-se que isto foi direcionado de forma a privilegiar, principalmente, as tarefas de caráter temporário e o emprego de mão-de-obra em épocas de maior demanda de trabalho, principalmente, o plantio e a colheita. Esta situação se prende ao fato de que as atividades que aí se expandiram, nessa época, não são absorvedoras de mão-de-obra ao longo de todo o ano agrícola.

O fato de o aumento da força de trabalho guardar estreita relação com a expropriação de pequenos produtores e não com a ampliação permanente do mercado de trabalho é um dos fatores que pode ajudar a compreender a perda de população rural na subárea de maior expressão agrícola do Centro-Oeste. O êxodo rural no sul de Goiás prendeu-se, portanto, às transformações que aí ocorreram, entre as quais sobressaem o processo de substituição da lavoura de bens de subsistência pela pecuária e a expansão, através de estímulos governamentais, das atividades poupadoras de mão-de-obra: pecuária extensiva e lavoura mecanizada. Em áreas de colonização, a saída de população relacionava-se ao excessivo parcelamento da terra que não comporta a permanência,

nos estabelecimentos rurais, de família numerosa especialmente de seus membros adultos, o que leva à migração dos mais jovens<sup>8</sup>.

Além da falta de perspectiva de trabalho rural, sabe-se que a precariedade das condições de vida das populações rurais acelera o processo de esvaziamento do campo. Esse fenômeno foi agravado, principalmente nessa década, uma vez que não foram criadas as prioridades que se faziam necessárias para que essas camadas mais baixas de população permanecessem na área rural. Assim, as medidas preconizadas pelas políticas governamentais principalmente pelo PERGEB, relativas à fixação de mão-de-obra no campo, não foram atingidas, tendo ocorrido na década de 70 uma perda de população rural da ordem de 261.370 pessoas, o que estabeleceu nessa subárea o predomínio da população urbana<sup>9</sup>.

De fato, a área que apresentou o maior esvaziamento rural foi a "Mato Grosso" de Goiás, com uma perda de 134.524 pessoas, seguido da Vertente Goiana do Paranaíba, cuja população rural decresceu em 72.651 habitantes. Note-se que foram essas Microrregiões aquelas que sofreram maior impacto decorrente da ação de políticas governamentais, gerando as mais sensíveis transformações em suas áreas rurais.

#### 4.3.2 — Subárea do eixo da Rodovia BR-163

Essa área que se estende ao longo da BR-163, desde o extremo sul de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, caracteriza-se pela elevada expressão das suas atividades agropecuárias que têm na importância das lavouras temporárias a particularidade que a diferencia de outras áreas do Centro-Oeste (Mapa 10). Essa faixa de terras sobressai na Região, juntamente com o sul de Goiás, como área onde o valor da produção das lavouras ultrapassa o da pecuária e onde já se inicia um processo de modernização das atividades agropecuárias.

O fortalecimento dessas atividades reflete, sem dúvida, uma sucessão de fases onde determinadas atividades econômicas tiveram preponderância na economia regional. Retrata, ainda, o avanço da fronteira agrícola em diferentes períodos de tempo e a retomada dos espaços vazios que ficaram à retaguarda dessa fronteira agrícola.

O impulso inicial que essa subárea recebeu, por volta dos anos 40, através de colonização federal em terras de mata, na região de Dourados, vem se renovando pela existência de mercados próximos, com acesso facilitado pelas vias de transporte existentes e pela criação de programas que beneficiaram a área, nos últimos 20 anos, e que reorientaram o seu papel na economia nacional. Apesar dos problemas que vêm desdourando o vigor econômico dessa subárea, a pecuária melhorada e as lavouras não tradicionais se expandiram a partir de Dourados, em direção a Mato Grosso, atingindo áreas circunvizinhas a Rondonópolis, que antes voltavam-se a atividades de menor importância comercial.

<sup>8</sup> A esse respeito ver: REGIÃO geoeconômica de Brasília; a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal. Tereza Coni Aguiar et alii. mimeo.

<sup>9</sup> O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília previa que a minimização do fluxo migratório deveria ser alcançada por meio da ampliação da oferta de novas oportunidades de trabalho, nas áreas liberadoras de população e pontos estratégicos da trajetória do migrante, compreendidos nos limites da Região Geoeconômica de Brasília.

Esse processo de expansão das atividades agropecuárias veio acompanhado de uma rápida evolução da urbanização, que se deveu principalmente, ao intenso êxodo rural ocorrido na década de 70, o qual resultou na saída de 98.014 pessoas da área rural, restringindo-se, sua população, em 1980, a 437.199 habitantes. Embora se saiba que essa saída de população rural se dá em direção às áreas de fronteira do extremo norte de Mato Grosso e às da Amazônia, tem sido também, muito expressivo, o deslocamento de população para as cidades mais próximas. Esse esvaziamento do campo é uma consequência direta das **intensas modificações que ocorreram nas áreas rurais e que afetaram, de forma profunda, todo o processo produtivo dessa subárea, trazendo alterações significativas no arranjo do seu espaço rural.**



MAPA 10

Tais modificações se devem, principalmente, ao forte incentivo governamental que essa subárea passou a receber, notadamente na sua porção meridional onde atuam o PRODEGRAN e o POLOCENTRO, através de duas áreas-programa: Campo Grande—Três Lagoas, ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e Bodoquena, no eixo da rodovia de ligação entre Aquidauana e Bonito. Tais programas também previam a incorporação de áreas de cerrado que, até a década de 70, ainda ocupavam grandes extensões.

Essa subárea responde, pois, às expectativas dos programas visto ter apresentado, em seu conjunto, o significativo aumento de 3.318.949 hectares na área total de seus estabelecimentos, o que equivale a cerca de 10% do total de incorporações de terra da Região Centro-Oeste. Somente Campos de Vacaria e Mata de Dourados apresentou um total

de 1.138.016 hectares incorporados à área total de suas unidades produtivas, enquanto Rondonópolis e Garças tiveram um aumento de 686.066 e 614.803 hectares, respectivamente (Mapa 1). Essa incorporação de terras teve como consequência a elevação do grau de ocupação de toda a subárea, notadamente em Rondonópolis e Garças, que, em 1970, correspondia a 47,8% e 55,1%, respectivamente, e, em 1980, alcançou 76,8% e 70,6%. De fato, encontravam-se essas duas Microrregiões, já em fins da década de 60, em pleno processo de expansão da fronteira agrícola, o que ajuda a compreender o elevado grau de ocupação alcançado.

A Microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, por sua vez, experimentou nessa década um crescimento da área dos estabelecimentos rurais só comparado ao que ocorreu em áreas que se encontram em processo de abertura de fronteira agrícola. Esse fato, a princípio estranho, se explica pelo grande vigor que suas atividades agropecuárias apresentaram, advindo de inúmeros fatores, a começar pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1946, e pelas iniciativas de colonização particular que floresceram, tornando essa área a mais importante do Estado quanto à atividade agrícola. Além desses fatores, contribuiu, também, para o fortalecimento econômico dessa Microrregião, a grande proximidade de São Paulo e do Paraná, o que a colocava em contato com os centros urbanos mais dinâmicos do País, através de um sistema viário composto por rodovias asfaltadas e pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que, através de ramal, corta importante área dessa Microrregião até atingir a Cidade de Ponta Porã. A presença de colonos de diferentes áreas do País que contribuem para a introdução de novas técnicas no processo produtivo e a existência de manchas de solos basálticos de boa fertilidade, foram, ainda, fatores que se somavam aos demais no sentido de manter o ritmo de crescimento econômico da área. Na década de 70, a política do Governo, apoiando-se na vocação agrícola dessa subárea e na perspectiva de ampliação dos seus espaços agropastoris, através da ocupação do cerrado, veio reforçar, ainda mais, sua tendência com relação à capacidade de expansão de atividades agropastoris. Criou-se, dessa forma, o PRODEGRAN, cujo objetivo era "elevar e manter cinco milhões de hectares cultivados com cereais e oleaginosas e manter nesse nível a área produtiva com utilização de tecnologia adequada"<sup>10</sup>.

Desse modo, impulsionada por tais estímulos, toda essa subárea apresentou, na década de 70, um significativo aumento das áreas em lavoura, da ordem de 1.682.084 hectares. Esse processo foi mais expressivo nas Microrregiões situadas no sul dessa subárea, embora esteja presente nas demais, chegando Rondonópolis a acusar a maior participação das lavouras na área dos estabelecimentos (13,9%) de toda a subárea, seguida da Campos de Vacaria e Mata de Dourados, onde essa participação alcançou 11,9%. Essa posição que as lavouras vêm adquirindo, recentemente, em função do avanço tecnológico que permitiu o aproveitamento de áreas de cerrado, deve-se basicamente, à expansão das lavouras temporárias que nessa subárea, alcançam participação elevada no valor total da produção agropecuária. Este fato se destaca, notadamente, em Alto Taquari, Garças e Pastoril de Campo Grande, onde a lavoura temporária assume o primeiro lugar no valor da pro-

10 TEIXEIRA, Osandy Ribeiro. *Planejamento regional; uma experiência na Região Centro-Oeste*. Cuiabá, Encontro de Secretários Estaduais de Planejamento, 1977. mimeo.

dução. Em Campos de Vacaria e Mata de Dourados a lavoura temporária e a pecuária se equivalem quanto à sua participação no valor total da produção, e em Rondonópolis e em Bodoquena, a pecuária sobressai em termos econômicos.

É nessa subárea que se encontra a maior diversidade de produtos agrícolas da Região Centro-Oeste, concentrada nas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados, pois além do arroz, milho, feijão, algodão, amendoim, mandioca, cana-de-açúcar e mamona, já cultivados desde a época de sua colonização, a produção de soja e de trigo foi bastante significativa a partir da década de 70. As demais microrregiões acompanharam, de certa forma, a expansão das novas culturas, principalmente no que se refere à introdução da soja. Já, em 1980, de acordo com o levantamento da Produção Agrícola Municipal (PAM), deu-se grande expansão da área colhida com a soja que chegou a alcançar 820.501 hectares, não mais localizados quase exclusivamente na Microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, mas situados ainda de forma bastante concentrada. Assim, seu cultivo se expandiu ao longo da década, pelos campos cerrados da Microrregião Pastoril de Campo Grande que, juntamente com a Campos de Vacaria e Mata de Dourados, em 1980, englobavam 85,51% de área colhida de soja dessa subárea.

Merece destaque, também, a posição do trigo, produto que teve seu cultivo iniciado no eixo da BR-163, basicamente na década de 70, tendo alcançado, em 1980, uma área colhida de 121.785 hectares, dos quais 111.680 concentravam-se nas Microrregiões Campos de Vacaria e Mata de Dourados.

Com relação aos demais produtos que já eram cultivados nessa subárea, sobressai o arroz que acusou significativo aumento de sua área colhida, em todas as microrregiões, tendo alcançado uma variação de 411.849 hectares. O café também expandiu sua área colhida, fato que se deu, principalmente, nas microrregiões meridionais da subárea do eixo da Rodovia BR-163, as quais foram responsáveis pelo aumento de 22.282 hectares de sua área colhida. A cana-de-açúcar teve expansão de seu cultivo, principalmente, nas áreas de cerrado, o que se deve provavelmente aos incentivos do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), tendo sido as Microrregiões Alto Taquari e Pastoril de Campos Grande responsáveis pelo incremento de 10.279 hectares na sua área colhida. Em Rondonópolis o cultivo da cana-de-açúcar vem também se expandindo, favorecido pela presença de uma usina, no Município de Jaciara.

O feijão embora tenha apresentado um decréscimo da sua área colhida, nas Microrregiões mais setentrionais da subárea do eixo da Rodovia BR-163, acusou um aumento de 33.973 hectares, concentrados em Bodoquena, Pastoril de Campo Grande e Campos de Vacaria e Mata de Dourados.

O amendoim e o algodão são produtos que, embora guardem ainda uma relativa expressão econômica, principalmente em Campos de Vacaria e Mato de Dourados, têm apresentado uma diminuição de sua área colhida. Em Rondonópolis esses produtos são cultivados, principalmente por colonos que para aí se dirigiram na época da colonização estadual, porém, atualmente, esses cultivos perderam totalmente sua expressão econômica, com a introdução da agricultura capitalista que se implantou em toda a subárea.

Esse processo que implicou na modernização da atividade agrícola teve, na intensificação do emprego de máquinas, uma de suas características mais marcantes. De fato, deu-se nessa subárea um expressivo incremento do número de tratores, pois, em 1970, existiam 2.791 máquinas, número que se elevou para 12.084, em 1980, o que significava que, no início da década, um trator servia a 6.110 hectares, passando, em 1980, a servir a 1.597 (Tabela 6).

TABELA 6

**EXPANSÃO DE TRATORES — SUBÁREA DO EIXO DA  
RODOVIA BR-163 — 1970-1980**

MICRORREGIÕES	EXPANSÃO DE TRATORES			
	Número de tratores		Trator p/ hectare	
	1970	1980	1970	1980
<b>TOTAL</b> .....	2 791	12 084	6 110	1 597
Rondonópolis.....	142	1 809	7 962	1 004
Garças.....	22	1 277	99 478	2 195
Alto Taquari.....	200	898	14 323	1 442
Bodoquena.....	122	521	13 767	1 702
Pastoril de Campo Grande.....	1 252	3 509	3 888	969
Campos de Vacaria e Mata de Dourados.....	1 053	4 070	4 095	681

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Apesar da importância econômica que as lavouras assumem nessa subárea, a pecuária apresenta-se renovada e vem se expandindo, experimentando maior grau de modernização que fica evidenciado pelo aumento da densidade do rebanho, pela grande incorporação de pastos plantados e, ainda, pelo elevado aumento do efetivo bovino (Mapa 3).

Esse processo de expansão da atividade pastoril embora tenha afetado toda a subárea do eixo da Rodovia BR-163, foi particularmente acentuado na área da Micro Campos de Vacaria e Mata de Dourados, onde a densidade do rebanho passou de 50 para 73 cabeças por 100 hectares de pastagem, a formação de pastos plantados conquistou uma área de 869.283 hectares (entre 1970 e 1975) e o efetivo bovino foi aumentado em 2.120.369 cabeças ao longo da década. Assim, apenas essa Microrregião reúne, hoje, o maior plantel do Centro-Oeste — 3.457.958 cabeças — chegando mesmo a ultrapassar a área criatória dos Pantanaís, tradicionalmente, possuidora do maior rebanho bovino da Região Centro-Oeste.

No conjunto, a subárea conta com 8.047.046 cabeças que correspondem a 24,24% do rebanho regional, sendo ultrapassada, em pouco, pelo rebanho da subárea do sul de Goiás que conta com 8.170.084 cabeças (24,61% do rebanho regional). A criação bovina, na subárea

do eixo da Rodovia BR-163, se destina basicamente ao corte, uma vez que, mais de 80% dos rebanhos das microrregiões que a compõem, voltavam-se, em 1975, a essa finalidade.

Em 1970, os pastos plantados ocupavam uma área de 2.839.791 hectares, que através de um processo de formação de novas pastagens, elevou-se para 4.293.316 hectares, em 1975. Entretanto, os pastos naturais que, em 1970, abrangiam 10.058.998 hectares, demonstrando o elevado grau de extensividade da atividade pastoril aí praticada, acusaram, em 1975, um decréscimo de 12,97% (1.305.447 ha). Essa variação das pastagens naturais e plantadas é um importante indicador da modernização que a pecuária vem experimentando, impulsionada principalmente pela proximidade dos mais importantes mercados consumidores nacionais. De fato, forma essa subárea uma das mais importantes áreas de invernadas do País, juntamente com o oeste de São Paulo, norte do Paraná, sul de Goiás e Triângulo Mineiro. Essa especialização da atividade pastoril, notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial, recebeu forte impulso, tendo nessas áreas se instalado grandes pecuaristas e os mais importantes frigoríficos do País. A localização de frigoríficos nas áreas de invernadas é uma tendência que vem se acentuando e se firmando a partir da segunda metade dos anos 50, por ser mais vantajosa, economicamente, a diminuição das distâncias entre as áreas de engorda e as de abate.

Todas essas transformações que ocorreram no processo produtivo dessa subárea e, principalmente, nas suas relações de produção se deram baseadas na aceleração da concentração fundiária aí verificada, através da acentuada tendência à diminuição do número e ao aumento da área dos estabelecimentos rurais. Entretanto, em Bodoquena e na Pastoril de Campo Grande, embora se verifique uma estrutura fundiária caracterizada pela desigualdade na distribuição de terras, a concentração, na década de 70, não se acentuou com a mesma intensidade que nas demais microrregiões.

Se, por um lado, essa subárea experimentou uma acentuada expansão das atividades agropecuárias, por outro, a forma como esta se deu, através da lavoura mecanizada e da pecuária, não gerou uma ampliação do mercado de trabalho rural, ao contrário, tem ocasionado uma sensível redução da oferta de emprego. A única exceção foi a Microrregião Pastoril de Campo Grande, que apresentou decréscimo da força de trabalho no período de 1970 a 1975, acusando, porém, um pequeno aumento no último quinquênio.

No conjunto, a subárea do eixo da Rodovia BR-163 apresentou, entre 1970 e 1975, um crescimento do pessoal ocupado da ordem de 31.990 pessoas, embora nos últimos cinco anos da década tenha apresentado um decréscimo na força de trabalho de 30.063 pessoas, o que equivaliu, ao final da década, a um acréscimo de apenas 1.927 trabalhadores rurais. Essa diferença do ritmo de crescimento traduz a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, através da implantação de projetos agropecuários que necessitaram empregar maior contingente de mão-de-obra nessa fase de abertura e formação das novas áreas agrícolas. O decréscimo de pessoal ocupado, que se verificou no quinquênio seguinte, denota a não inserção dessa força de trabalho às lides agrárias em virtude de terem aí se estabelecido atividades econômicas altamente poupadoras de mão-de-obra (Tabela 7).

## TABELA 7

**PESSOAL OCUPADO — SUBÁREA DO EIXO  
DA BR-163 — 1970-1975-1980**

MICRORREGIÕES	PESSOAL OCUPADO		
	1970	1975	1980
<b>TOTAL.....</b>	<b>230 675</b>	<b>262 665</b>	<b>232 602</b>
Rondonópolis.....	36 729	40 828	33 467
Garças.....	24 290	27 304	25 573
Alta Taquari.....	21 615	26 221	20 275
Bodoquena.....	9 529	15 026	14 103
Pastoril de Campo Grande.....	30 218	28 957	31 232
Campos de Vacaria e Mata de Dourados.....	108 294	124 329	107 952

**FONTE** — Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 — IBGE.

Outro aspecto que reflete, também, as transformações nas atividades agropecuárias dessa subárea diz respeito às modificações que ocorreram no regime de exploração que estão, por sua vez, intimamente ligadas à acentuação da concentração fundiária. No decorrer da década de 70 deu-se uma sensível diminuição do número de proprietários, ao mesmo tempo em que houve uma elevação da área por eles explorada. Deve-se considerar que essa área conta com expressivo número de colonos que para lá se deslocaram estimulados pela criação de projetos de colonização oficial, como se deu no sul de Mato Grosso e pela perspectiva de acesso à terra, como se verificou na região em torno do Município de Rondonópolis<sup>11</sup>. A grande valorização que vem ocorrendo nessa subárea provocando a atração de investimentos ligados à produção para a exportação têm, muitas vezes, ocasionado a redução do número de pequenos proprietários. Nessas circunstâncias, esses produtores têm condições de vender sua terra por preço mais elevado e adquirir maiores áreas, principalmente, no norte de Mato Grosso onde hoje se encontra a fronteira agrícola. Outra situação, também freqüente, ocorre quando o pequeno proprietário não desejando sair de sua terra torna-se uma barreira à expansão da agricultura capitalista na área. É comum, nesse caso, que esse pequeno proprietário, já empobrecido, seja alvo de inúmeras pressões que o levam finalmente à venda da terra por preço que não lhe permite muitas vezes, a compra de outra propriedade. Nesse caso ele passa a pertencer às categorias que não detêm a propriedade da terra ou migra para as áreas urbanas.

Os ocupantes, na subárea do eixo da Rodovia BR-163, por sua vez, constituem outra categoria de produtor rural que nessa década sofreu significativa diminuição do seu número e da área por eles explorada. **Excetua-se apenas duas Microrregiões, Rondonópolis e Garças, onde ainda se processou um aumento da área ocupada por posseiros. Deve-se ressaltar que essa área setentrional formada por essas duas microrregiões caracterizou-se na década de 70 como zona pioneira, tendo, até**

<sup>11</sup> Nessa área, o processo de colonização se deu de forma espontânea, tendo o Governo Estadual regularizado a situação das terras na década de 60.

mesmo, favorecido a alguns posseiros a expansão de suas áreas, ao mesmo tempo em que para outras já se tornava cada vez mais difícil a sua fixação à terra, em virtude dos conflitos surgidos nessa década, principalmente, em áreas mais valorizadas.

As Microrregiões Rondonópolis, Garças e Campos de Vacaria e Mata de Dourados que se destacaram pela maior incorporação de áreas ao processo produtivo foram também as que apresentaram maior aumento da área explorada por arrendatários. Sabendo-se que essa incorporação de terras foi direcionada em grande parte, para a atividade criatória entende-se que tenha ocorrido, aí, uma grande participação desse tipo de produtor, uma vez que o processo de formação de pastagens, quando os proprietários não são altamente capitalizados, está intimamente relacionado à utilização do trabalho dos arrendatários. Nas demais microrregiões verificou-se o decréscimo tanto do número quanto da área explorada pelos arrendatários. Ao que tudo indica, a tendência à diminuição do número desses produtores deve-se ao fato de que nessas microrregiões muitos projetos agropecuários já se encontram instalados.

Ainda na fase de formação dos grandes projetos agropecuários tornava-se também vantajosa a utilização da parceria, principalmente, porque esse sistema permite a "socialização" dos custos e das perdas da produção e, também, um aumento da produtividade do trabalho<sup>12</sup>. Atualmente, o emprego da parceria, em áreas onde os projetos ligados à criação de gado já se encontram implantados torna-se menos necessária, tal como o arrendamento, o que resulta em gradativa expulsão de parceiros para outras áreas, principalmente de fronteira agrícola onde as atividades agropecuárias se encontra em fase de expansão.

Assim, as transformações que afetaram essa subárea, no sentido do avanço de uma agricultura realizada em moldes capitalistas apresentavam, também, conseqüências negativas para essa área rural. Além de ter levado a uma diminuição das perspectivas de trabalho no campo ocasionou, também, o enfraquecimento da pequena produção que tem papel muito importante no abastecimento dos mercados regionais.

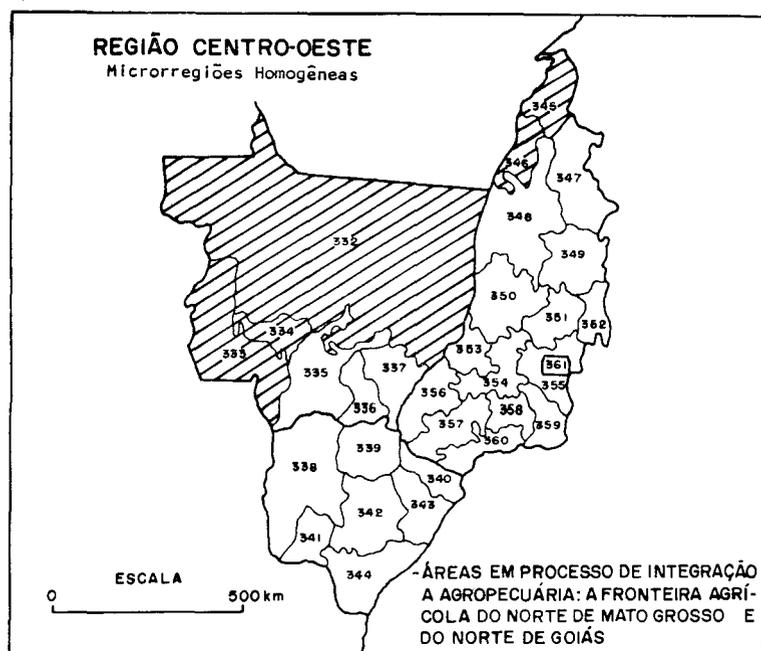
#### 4.4 — Áreas em processo de integração à agropecuária: a fronteira agrícola do norte de Mato Grosso e do norte de Goiás

As participações das áreas em pastagem na área total dos estabelecimentos rurais e do valor da produção da pecuária no valor total da agropecuária, inferiores a 52 e 50%, respectivamente, definiram as áreas do norte de Mato Grosso e do norte de Goiás que, dado o arranjo de suas atividades agropecuárias, correspondem de uma maneira geral às características das áreas de fronteira agrícola. Assim, essas áreas apresentaram um comportamento diferente das demais áreas do Centro-Oeste, principalmente no que diz respeito ao grau de ocupação, que na maioria de suas microrregiões foi inferior a 60%. A grande disponibilidade de espaço e, ainda, o rápido aumento de população na última década demonstram tratar-se de áreas em pleno processo de integração à economia regional. Compõem essas áreas de fronteira agrícola as Microrregiões Norte Mato-grossense (332), Alto Guaporé—Jauru (333),

<sup>12</sup> LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 130-1.

Alto Paraguai (334), Extremo Norte Goiano (345) e Baixo Araguaia Goiano (346).

A fronteira agrícola no Centro-Oeste estende-se por vasta área que inclui todo o norte e oeste de Mato Grosso e o extremo norte de Goiás (Mapa 11). Tratando-se de áreas mais afastadas dos principais centros consumidores do País ficaram, por longo tempo, pouco integradas ao processo produtivo nacional. O extremo norte de Goiás beneficiado pela Rodovia Belém—Brasília na década de 60 afirmou-se, a partir dessa época, como área abastecedora dos mercados do Norte e Centro-Sul do País. Já, em Mato Grosso, a integração a esses centros consumidores se dá posteriormente pois a pavimentação e a abertura de grandes eixos de penetração, parte de políticas de ocupação do espaço brasileiro, só vieram a se concretizar a partir do final da década de 60.



MAPA 11

Caracterizaram-se essas subáreas na década de 70 pela grande expansão das terras dos estabelecimentos rurais, pelo rápido e intenso crescimento de sua população e ainda por contarem com vastas extensões de terras disponíveis a serem incorporadas ao processo produtivo. A intensidade com que se desencadeou esse processo de alargamento da fronteira agrícola se deve fundamentalmente a uma série de medidas e políticas governamentais que tornaram a aplicação de capital nessas áreas do Centro-Oeste investimentos altamente vantajosos. Nesse sentido, essas áreas apresentam uma situação peculiar no Centro-Oeste, uma vez que, além de se beneficiarem dos planos relativos à utilização produtiva dos cerrados, recebem também os incentivos provenientes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em

função de estarem localizados na Amazônia Legal. No que diz respeito à atuação do POLOCENTRO tem-se duas áreas selecionadas em Mato Grosso, a de Parecis, ao longo da BR-364 e a de Xavantina, no Município Barra do Garças. Para essas áreas previam-se melhorias da infraestrutura de transportes e de apoio à produção agropecuária. Quanto ao POLOAMAZÔNIA, criou nessas áreas em questão os Pólos de Aripuanã, Xingu/Araguaia e Araguaia/Tocantins que compreendem Programa de Pólos Pecuários com a finalidade de estimular o crescimento do rebanho bovino e Programas de Lavouras Selecionadas que previam principalmente o incentivo à produção de borracha, cana-de-açúcar, cacau, dendê, frutas, pimenta-do-reino e arroz.

A criação desses programas vem expressar uma menor autonomia das administrações estaduais na condução das atividades agropecuárias, atribuição esta que a partir de 1964 tornou-se altamente centralizada na esfera federal. Essa mudança traz repercussões no nível de acumulação na fronteira, uma vez que a concessão de incentivos não beneficia somente as classes dominantes locais mas em grande parte, empresários de outras áreas do País e grupos econômicos nacionais e multinacionais. Embora a centralização do Poder Público tenha efeitos negativos em todo o País, na fronteira agrícola assume maiores proporções, uma vez que aí se verifica uma superposição da atuação de diversas instituições e programas governamentais que, por não serem formulados de maneira articulada entre si geram, muitas vezes, problemas na sua execução.

Como resultado do conjunto de medidas e políticas governamentais que visavam a ocupação produtiva da fronteira, deu-se, ao longo da década de 70, uma acentuada expansão da área dos estabelecimentos rurais que totalizou, nessas subáreas de fronteira agrícola, 18.065.386 hectares (Mapa 1). Como essa expansão se deu com base em grandes unidades produtivas verificou-se um aumento menos expressivo do número de estabelecimentos rurais equivalente a 76,15%, enquanto sua área acusava um ritmo de crescimento bastante superior, chegando a alcançar 141,71%.

Nesse contexto de expansão de fronteira destacou-se o norte de Mato Grosso com a maior incorporação de terras do espaço agrário do Centro-Oeste (15.999.373 ha), que teve como modelo de sua ocupação grandes projetos agropecuários que encontraram nos incentivos governamentais o principal estímulo para a sua implantação.

Esse avanço acentuado da área dos estabelecimentos rurais, durante a década de 70, resultou num aumento do grau de ocupação das terras nessas áreas de fronteira agrícola. No entanto constata-se ainda a existência de amplos espaços a serem ocupados, sobretudo na Microrregião Norte Mato-grossense que, em 1980, tinha apenas 29,3% de suas terras compreendidas pelos estabelecimentos rurais. Já na Microrregião Baixo Araguaia Goiano, o grau de ocupação se mostra mais elevado, da ordem de 66,8%, pelo fato de se tratar de uma região cujo processo de integração aos mercados consumidores já vem sendo consolidado desde os anos 60.

O modelo de ocupação incentivado pelo Governo tem levado a um aumento da concentração fundiária, o que se constata pela redução da participação da área e do número dos estabelecimentos com menos de 100 hectares, ao mesmo tempo em que se acentua a participação da área e do número das unidades produtivas com mais de 1.000 hectares. Nessas áreas de fronteira agrícola, os estabelecimentos com área de

até 100 hectares tiveram a participação de sua área reduzida de 4,47%, em 1970, para 3,18, em 1980, enquanto seu número que representava 75,1%, no início da década, passou para 68,22%, no final desse período. Por outro lado, as grandes unidades produtivas — aquelas com mais de 1.000 hectares — cuja área correspondia a 79,99%, em 1970, tiveram um aumento dessa participação que alcançou 83,28%, em 1980. Quanto ao número verificou-se essa mesma tendência, uma vez que, ao longo da década sua porcentagem se elevou de 4,12%, em 1970, para 6,18, em 1980.

A má distribuição das terras nessas áreas de fronteira vem, por sua vez, acompanhada de um processo de privatização do solo em função da alta valorização que essas áreas experimentaram num curto período de tempo. Este fato tem levado a uma grande aquisição de terras não só com a finalidade de desenvolver atividades agropecuárias, mas também, com o objetivo de auferir lucros através de sua especulação.

Assim, verifica-se um enorme afluxo para a fronteira de compradores de terras, dentre eles empresários, tanto que no período de 1970 a 1980 observa-se um aumento de 18.215 produtores proprietários no conjunto dessas Microrregiões do norte goiano e mato-grossense. Como esses novos investidores se estabelecem, muitas vezes, em terras já ocupadas por posseiros ou destinadas a indígenas, inicia-se uma situação de conflitos envolvendo a propriedade e o uso da terra. De fato, concomitantemente ao aumento das explorações de proprietários, verifica-se uma redução do número de produtores posseiros cujas explorações se tornaram incompatíveis com a forma capitalista de exploração da terra. No entanto, nessa fase de expansão da fronteira, os ocupantes ainda se constituem numa categoria de produtores expressiva, haja vista totalizarem, em 1980, 12.213 num total de 57.480 produtores, ocupando uma área de 1.794.907 hectares.

Apesar da tendência ao predomínio das explorações baseadas na propriedade privada da terra, sabe-se que os proprietários se valem com frequência de formas de relação de produção não tipicamente capitalistas, como a dos arrendatários e parceiros. De fato, nessas áreas do norte de Mato Grosso e de Goiás esses produtores vêm se tornando mais numerosos e ampliando suas áreas de exploração, ao longo da década de 70.

Essas regiões de fronteira onde a existência de terras livres levou ao surgimento de unidades produtivas do tipo familiar, têm sido foco de inúmeros conflitos e tensões sociais, uma vez que a terra deixou de ter apenas o valor de uso e passou a ter um valor de troca. É nas áreas beneficiadas pelos grandes eixos de penetração que essa transformação se dá mais rapidamente, embora esse processo venha ocorrendo em toda a fronteira. Além desse aspecto, cabe ressaltar que em 1971, pelo Decreto n.º 1.164, as terras devolutas marginais às rodovias federais, numa extensão de 100 km de cada lado, foram apropriadas pela União e entregues ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para sua administração<sup>13</sup>. Como a atuação desse Órgão tem sido demasiadamente lenta e muitas vezes omissa, por não atender aos

---

<sup>13</sup> Cabe ao INCRA a competência de proceder a discriminação das terras e buscar soluções para os problemas verificados em sua jurisdição. Cabe-lhe ainda a responsabilidade de fomentar a colonização, zelar pelo patrimônio fundiário da União e responder nos termos do Estatuto da Terra pela execução da política fundiária do País.

interesses de grande parte dos produtores sem registro legal de suas terras, agravam-se os conflitos e tensões sociais.

Apesar dos problemas fundiários que dificultam uma maior expansão das atividades agropecuárias nessas áreas de fronteira, observa-se, nessa década, um crescimento tanto da lavoura quanto da pecuária (Mapas 2 e 3). No entanto, a porção dos estabelecimentos que é efetivamente utilizada com essas atividades não chegava a representar, em 1975, 50% da área total das unidades produtivas em praticamente todas as microrregiões dessas áreas onde é, ainda, bastante significativa a presença de matas. Na Norte Mato-grossense e na Alto Paraguai, em Mato Grosso e na Extremo Norte Goiano as matas chegam a se constituir no uso de terra preponderante, haja vista estarem essas Microrregiões localizadas na zona equatorial, sob o domínio da floresta amazônica que, principalmente em Mato Grosso, só recentemente vem sendo desmatada para o aproveitamento agrícola.

A grande incorporação de terras, que vem se desencadeando nessas áreas de fronteira se constitui numa séria ameaça às matas que cada vez mais cedem lugar a novas pastagens que se formam. De fato, foi intenso o ritmo de crescimento dos pastos plantados no período de 1970 a 1975, que em praticamente todas as microrregiões foi superior a 100%. No sistema de criação bovina característico dessas áreas os pastos naturais continuam sendo largamente utilizados dada a presença de campos cerrados em meio às florestas equatoriais, abrangendo extensões muito superiores às das pastagens plantadas, em grande parte das microrregiões. Apenas na Alto Paraguai e na Extremo Norte Goiano a área ocupada com gramíneas plantadas ultrapassa a de pastagens naturais, onde também se verifica uma das maiores densidades do rebanho bovino do Centro-Oeste. Essa particularidade pode estar relacionada ao fato de se tratar de áreas que já se encontram mais vinculadas a mercados consumidores que lhe estão próximos, como é o caso de Cuiabá e Belém, e, por essa razão, apresentaram características de um sistema criatório melhorado.

Esse aumento das pastagens foi acompanhado de um notável crescimento do efetivo bovino que chegou a acusar, ao longo da década de 70, um crescimento superior a 230% em todas as microrregiões. A área de fronteira do Estado de Mato Grosso apresentou, em 1980, um rebanho de 3.270.158 cabeças, que no início da década era de 697.984 reses. Também na área do norte goiano foi expressivo o aumento do rebanho que, em 1970, contava com 294.071 bovinos e, no final da década, atingia 1.043.144 unidades. Essa expansão da criação bovina é resultado dos estímulos governamentais, especialmente aqueles ligados ao Programa de Pólos Agropecuários que catalizaram investimentos sobretudo para a pecuária de corte, atividade orientada, também, para a exportação. Na verdade, é o corte a finalidade principal da criação bovina dessas microrregiões para a qual voltavam-se, em 1975, mais de 76% dos seus rebanhos.

No tocante às lavouras, estas se constituem nessas áreas de fronteira do norte de Mato Grosso e de Goiás no uso da terra menos expressivo, haja vista não representarem, em 1980, em nenhuma microrregião, 5% da área total das unidades de exploração. No entanto são os produtos da lavoura os responsáveis pelo valor mais elevado da produção agropecuária, chegando a representar mais de 50% do seu total em todas as microrregiões. Cabe ressaltar que nessas áreas adquirem expressão apenas os cultivos temporários que vêm, ao longo dos anos 70, acusando

crescimento significativo. Destaca-se o arroz como o produto comercial mais importante dessas áreas, sendo também o mais expressivo quanto à área colhida e aquele que apresentou, no período de 1970 a 1980, maior incorporação de terras à sua produção. De fato, esse produto revelou um crescimento de 526.995 hectares no período de 1970 a 1980, uma vez que, em 1970, detinha 110.672 hectares e, em 1980 chegou a apresentar 637.667 hectares. Além do arroz cultiva-se ainda o milho e o feijão que, no entanto, detêm área colhida bastante inferior à do arroz e vêm até mesmo, experimentando decréscimo em algumas microrregiões.

Além desses produtos tradicionais cabe registrar que alguns produtores, nas Microrregiões Norte Mato-grossense e Alto Paraguai, vêm realizando o cultivo do café que no início da década era praticamente inexistente e, em 1980, passou a ocupar 23.889 hectares. Essa inovação está intimamente relacionada ao fato de que o norte de Mato Grosso tem sido buscado por inúmeros produtores, sobretudo gaúchos e paranaenses que, dada a sua tradição agrícola lançam-se, nessas áreas de fronteira, na realização de novos empreendimentos agrícolas.

Na realidade, tanto o norte de Mato Grosso quanto o de Goiás vêm se tornando áreas de atração para populações do Centro-Oeste e de outras regiões do País que para elas se deslocam na tentativa de encontrar melhores oportunidades econômicas. Assim, verificou-se, na década de 70, um grande crescimento populacional sobretudo no norte de Mato Grosso, que apresentou um aumento de 348.524 habitantes. Já em Goiás, o incremento demográfico da ordem de 108.571 pessoas mostrou-se inferior ao do norte de Mato Grosso. Essa dinâmica na variação da população se deve ao fato de ter sido essa região fortemente incentivada pelo Governo Federal, num período em que, noutras áreas agrícolas, vinham-se agravando os problemas relativos a pressões sobre a terra e à absorção de mão-de-obra rural, o que favoreceu o deslocamento de contingentes populacionais para a fronteira. É sobretudo para as áreas rurais que se dirigem os fluxos migratórios, observando-se, assim, nessas áreas de fronteira um predomínio da população rural sobre a urbana, tanto em 1970, quanto em 1980. No entanto, são os contingentes de população urbana os que acusam ritmos de crescimentos mais elevados como se pode observar, por exemplo, no norte de Mato Grosso onde, enquanto os habitantes rurais variavam a uma taxa de 21,48% na década, os urbanos cresciam a 348,58%. Esta situação pode estar relacionada, por um lado, ao próprio processo de expansão das áreas de fronteiras que ao gerar transformações no meio rural provoca um rápido crescimento de seus núcleos urbanos, já que neles se concentram serviços e equipamentos de apoio à atividade agropecuária. Por outro lado, o crescimento urbano deve-se, também, ao fato de que boa parte das pessoas que se dirigem à zona rural, com vistas à ocupação de terras ou à obtenção de trabalho, não conseguem aí se fixar por longo tempo dirigindo-se, então, para os núcleos urbanos locais. Além desses, contribuem, também, para o crescimento urbano, parcela significativa de produtores e de trabalhadores rurais que vêm sendo progressivamente excluídas do processo de produção agrícola.

Apesar disso é grande o aumento de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias no norte mato-grossense e goiano que acusaram acréscimos da ordem de 148.631 e 35.265 trabalhadores rurais respectivamente. O maior dinamismo do crescimento da força de trabalho, ocorrido no norte de Mato Grosso, que chegou a atingir 408,3% na

década de 70, deve-se não apenas à sua grande extensão territorial, mas também, ao fato de se tratar de uma área mais recentemente incorporada à economia e atualmente se constituir em importante zona de atração de mão-de-obra rural.

Nesse contexto de incremento da atividade agropecuária dá-se também, um significativo aumento da mecanização das tarefas agrícolas observado pelo maior emprego de tratores (Mapa 4). Foi, principalmente, no norte de Mato Grosso que esse fato assumiu maior importância, uma vez que de 1970 a 1980 houve um aumento de 6.121 tratores enquanto no norte de Goiás esse aumento foi de 576 unidades.

Essas transformações ocorridas no âmbito da atividade agropecuária, na década de 70 se, por um lado, levaram ao aumento da produção voltada para os mercados interno e externo, ampliando consideravelmente o espaço agrário nacional, por outro foram responsáveis por alterações na forma de apropriação da terra e no seu aproveitamento, que resultaram numa situação de conflitos e tensões sociais. Isto se agrava na medida em que essas áreas continuam a exercer atração sobre contingentes populacionais, que para elas afluem e esbarram no sério problema de acesso à terra e de absorção de mão-de-obra pelos estabelecimentos rurais que, em função da atividade criatória neles desenvolvida e da intensificação da mecanização tendem, cada vez mais, a uma baixa absorção da força de trabalho.

## 5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro-Oeste é uma das Regiões brasileiras que tem se destacado pela concentração de investimentos no setor agrícola, em função da nova orientação da política governamental que incentivou a expansão da agricultura em moldes empresariais modernos, visando atribuir a essa Região um papel preponderante como produtora de bens agrícolas, principalmente para a exportação.

Assim, foi nos anos 70 que se desencadearam importantes transformações no seu espaço rural, que se orientaram no sentido da incorporação de novas áreas ao processo produtivo nacional e no de adoção de técnicas modernas de produção. Na realidade, foi o Centro-Oeste a Região que mais contribuiu para a expansão do espaço agrário brasileiro, fato que se deu, não só pelo aproveitamento do cerrado como área de cultivo, mas, também pelo progressivo avanço em direção às áreas de fronteira agrícola até então não integradas ao mercado. Essa expansão provocou o rompimento de uma forma de organização do espaço agrícola já existente estruturando-se, a partir de então, novos tipos de utilização da terra ditados basicamente pela maior ou menor aplicação de capital. Assim, a Região Centro-Oeste se caracteriza, na década de 70, tanto pela formação de novos espaços produtivos através do alargamento da fronteira agrícola, quanto pela transformação e reativação de áreas agropecuárias já estruturadas.

Esse novo modelo de ocupação do solo, que se baseia na implantação de empreendimentos capitalistas, leva a novo arranjo do espaço agrário acentuando a concentração fundiária que no Centro-Oeste já se constituía em grave problema, ao mesmo tempo em que provoca a retração da produção de subsistência. Por sua vez, o crescente número de projetos agropecuários que se instalam e que se caracterizam por absorver pouca mão-de-obra contribui para ampliar, consideravelmente, o excedente

de trabalhadores rurais o que leva a constantes deslocamentos da força de trabalho em direção a áreas que ofereçam melhores oportunidades de emprego. Situa-se, ainda, como consequência direta dessa nova forma de apropriação do espaço o crescimento urbano acelerado que teve como principal fator o intenso êxodo rural. A saída de população da área rural nessa região remete a uma questão de caráter nacional já que em função da grande disponibilidade de espaço e das perspectivas de expansão da atividade agropecuária, o Centro-Oeste se constituiria numa área em condições de absorver o excedente de mão-de-obra de outras regiões brasileiras, fato que não vem se concretizando uma vez que durante a década de 70 presenciou-se uma redução do contingente de população rural.

Esse conjunto de problemas que hoje afeta a Região Centro-Oeste dá conta de que os planos e programas elaborados pelo Governo, sem a preocupação de solucionar suas principais questões sociais, foram definidos por critérios econômicos que têm privilegiado o crescimento da grande produção. Nesse aspecto, a Região Centro-Oeste vem assumindo posição de destaque no País, porém experimenta nessa década o agravamento de problemas sociais que culminaram em sérios conflitos e tensões.

## 6 — ANEXOS

### Anexo 1

#### NOTA METODOLÓGICA

O estudo das diferenciações espaciais das transformações da atividade agropecuária do Centro-Oeste foi realizado a partir de um grupamento das suas microrregiões. Para tanto, consideraram-se como variáveis definidoras a importância espacial econômica das atividades agrárias do Centro-Oeste. Uma vez que a pecuária se situa como a atividade que, até os dias atuais tem significativa expressão na organização do seu espaço agrário, apesar das mudanças ocorridas na economia regional, considera-se válido o grupamento das microrregiões tendo como critério seletivo variáveis relativas a essa atividade.

Dessa forma, a importância da pecuária foi medida pela participação das pastagens na área total dos estabelecimentos — dimensão espacial — e, pela participação do valor da produção da pecuária, no valor total da produção agropecuária — dimensão econômica. Com base nesses indicadores definiram-se três grupos de áreas:

— microrregiões que apresentaram mais de 52% da área total dos estabelecimentos ocupados com pastagens e mais de 50% do valor total da produção agropecuária representados pelo valor da produção pecuária. Esse grupo corresponde, portanto, às áreas com predomínio espacial e econômico da atividade criatória;

— microrregiões que apresentaram mais de 52% da área total dos estabelecimentos ocupados com pastagens e menos de 50% do valor total da produção agropecuária representados pelo valor da produção da pecuária. Esse grupo corresponde às áreas em que, embora espacialmente se verifique o predomínio da atividade criatória, em termos econômicos a pecuária divide ou mesmo perde sua importância para outras atividades econômicas;

— microrregiões que apresentaram menos de 52% da área total dos estabelecimentos ocupados com pastagens e menos de 50% do valor total da produção agropecuária representados pelo valor da produção da pecuária. Esse grupo corresponde ao conjunto de microrregiões onde a atividade criatória tem menor expressão espacial e econômica, o que leva a supor que outras atividades estariam participando da organização da agropecuária.

Após a definição desses grupos de microrregiões considerou-se necessário obter maior detalhamento através do levantamento de outras variáveis, buscando-se inicialmente, uma que expressasse o nível de melhoria da atividade criatória — a densidade do rebanho bovino — além da participação espacial e econômica da lavoura, na área total dos estabelecimentos, por ser esta uma atividade que, recentemente, vem se impondo no espaço agrário da Região. Da mesma forma, por se tratar, o Centro-Oeste de uma região que ainda dispõe de amplos espaços a serem ocupados, julgou-se importante considerar, também, o grau de ocupação.

Assim, verificou-se que no primeiro grupo de microrregiões, a pecuária mantinha, realmente, uma primazia em termos econômicos e já apresentava também densidades do rebanho mais elevadas, sugerindo uma *atividade criatória melhorada*. Nesse agrupamento foram enquadradas duas subáreas: a subárea do pantanal e a subárea do oeste de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.

No segundo grupo de microrregiões verificou-se a existência de diferenciações internas significativas que originaram seu fracionamento em dois grupos: um, onde a pecuária, apesar de ser a atividade predominante, tanto espacial, quanto economicamente, tem características mais extensivas e menor valor da produção, constituindo-se numa área de *predomínio da atividade criatória*, formada pelo leste goiano. No outro grupo, a pecuária embora melhorada, adquiriu menor expressão do que a lavoura que é a principal atividade econômica, enquadrando-se nessas características duas subáreas denominadas *áreas agropastoris*, formadas pelo sul de Goiás e pelo eixo da BR-163.

No terceiro grupo de microrregiões a menor participação do valor da produção da pecuária no valor total da produção agropecuária se deveu ao elevado valor alcançado pelas lavouras, ao mesmo tempo em que se verificou que, aí o grau de ocupação era sensivelmente inferior ao do restante do Centro-Oeste. Constatou-se que esse grupo corresponde, grosso modo, às áreas de fronteira agrícola. Embora nesse grupo houvessem emergido duas subáreas — o norte de Mato Grosso e o norte de Goiás — dada a similaridade do processo de expansão de suas atividades agropecuárias, optou-se por uma única análise desses dois grupos de microrregiões.

Após essas etapas do grupamento foram, ainda, solucionadas questões relativas ao enquadramento de duas Microrregiões nas áreas agropastoris. São elas a Microrregião Bodoquena (341) e a Microrregião Sudeste Goiano (359) que embora tivessem sido definidas como áreas de atividade criatória melhorada apresentaram características relativas a um aumento recente da lavoura que as aproximaram mais do sul de Goiás e do eixo da BR-163, razão pela qual foram enquadradas nessas duas subáreas.

Portanto, com a finalidade de se sistematizar o estudo das transformações agrárias do Centro-Oeste, este será realizado de acordo com

os resultados desse grupamento de microrregiões que ficou assim definido:

- 1 — Áreas de predomínio da atividade criatória melhorada
  - 1.1 — Subárea do pantanal
  - 1.2 — Subárea do oeste de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul
- 2 — Área de predomínio da atividade criatória — o leste goiano
- 3 — Áreas agropastoris
  - 3.1 — Subárea do sul de Goiás
  - 3.2 — Subárea do eixo da BR-163
- 4 — Áreas em processo de integração à agropecuária: a fronteira agrícola do norte de Mato Grosso e do norte de Goiás.

## 7 — BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1980, 244 p.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Grael, 1981.
- A MECANIZAÇÃO da agricultura do Rio Grande do Sul 1920-75. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1979. 246 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas*. Recife, SUDENE, 1982. 497 p. (Estudos regionais, 7)
- 25 ANOS de economia gaúcha; a agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1979. v. 3.
- BECKER, BERTA K. — BERNARDES, Júlia A. *Notas sobre a organização espacial da pecuária no Brasil*. Fortaleza, 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978. mimeo.
- BENITES, Miguel Gimenez. *Notas sobre os frigoríficos da Grande São Paulo e arredores*. Fortaleza, 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978.
- BRITO, Maristella de Azevedo; MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970/75. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(1):3-49, jan./mar. 1982.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2.ª ed., Petrópolis, Vozes, 1982, 220 p.
- CASTRO, Antônio Barros de. *O desenvolvimento recente do Nordeste*. In: SETE ensaios sobre a economia brasileira, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1972. v. 2, p. 141-215.
- CHALOULT, Yves. Questão agrária e política do Estado; o Polonordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, 11(4):527-61, 1980.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1970. 256 p. (Monografia, 29).
- COSTA, W. Messias da. *O espaço como uma categoria de análise*. Rio de Janeiro, UGI, Conferência Regional Latino-americana. Comissão Nacional do Brasil. 1982. mimeo.
- DIAGNÓSTICO da economia catarinense. Florianópolis, Fundação Instituto de Economia Catarinense, 1980. v. 4, 181 p.
- DIAGNÓSTICO Sócio-econômico; Microrregião Baixada Cuiabana. Cuiabá. Governo do Estado de Mato Grosso, 1980.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. *A área centro-ocidental do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1982. 229 p. (Estudos regionais, 8).

- ; *Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste meridional*. Recife, SUDENE, 1981. 281 p. (Estudos regionais, 5).
- ; DUARTE Aluizio Capdeville. *A região cacauzeira da Bahia*. Recife, 1983. 295 p. (Estudos regionais, 10).
- DIVISÃO DO Brasil em microrregiões homogêneas; 1968. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. 564 p.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. Atividades agropastoris. In: GEOGRAFIA do Brasil; Grande Região Leste. Rio de Janeiro, IBGE, 1965. v. V, p. 273-310.
- ; MARICATO, Armely T. Atividades agrárias. In: GEOGRAFIA do Brasil; Grande Região Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1968. v. IV, t. II, p. 89-188.
- ECONOMIA baiana; subsídio para um plano de governo; documento síntese. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 1978. 320 p.
- ; ———; diagnóstico do setor agropecuário. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 1978. 163 p.
- ESTRUTURA agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. J. F. Graziano da Silva et alii, 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Hucitec, 1980. 267 p.
- FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: ———. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1976. p. 131-50.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. O extremo sul de Mato Grosso. In: GUIAS de Excursões da AGB. Presidente Prudente, I Encontro Nacional de Geógrafos, 1972.
- FONSECA, Maria da Graça Derengowski. *Os aventureiros da terra e as aventura do capital na fronteira Amazônica oriental*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1982. 220 p.
- POWERAKER, Joe. *A luta pela terra, a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 315 p.
- GEOGRAFIA do Brasil; Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro, IBGE, 1960, v. II (A), 430 p.
- ; ———. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v. IV, 364 p.
- ; Região Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v. I, 458 p.
- GOODMAN, David. Expansão da fronteira e colonização rural; a recente política de desenvolvimento no centro-oeste do Brasil. In: DIMENSÕES do desenvolvimento brasileiro. Werner Baer et alii, Rio de Janeiro, Campus 1978. p. 331-37.
- GRAZIANO NETO, F. *A questão agrária e ecológica; crítica da modernização*. São Paulo, Brasiliense, 1982. 154 p.
- GUIMARÃES, Alberto P. A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 — 362 p.
- IANNI, Octávio. *A luta pela terra; história social da terra e da luta pela terra, uma área da Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1978. 236 p. (Sociologia brasileira, 8)
- . A origem política da SUDENE. *Revista Mexicana de Sociologia*, México (4): 647-59, oct./dic. 1971.
- . *Ditadura e agricultura; o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia — 1964-1978*. Rio de Janeiro, 1979. 249 p. (Retratos do Brasil, 131).
- . *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 316 p.
- KELLER, Elza Coelho S. Atividades agrárias. In: GEOGRAFIA do Brasil; Região Sudeste, Rio de Janeiro, IBGE, 1977. v. III, p. 383-483.
- KOSTROWICKI, Jerzy. Some methods of determining land used and agricultural orientations as used in Polish land utilizations and typological studies. *Geografia Polonica*, Varsóvia (18):93-120,1970.

- KOWARICK, L. *Estratégias do planejamento social no Brasil*. São Paulo, Brasilienses, 135 p. (Cadernos CEBRAP, 2).
- LEWIN, H. A temática do "mundo rural" no plano brasileiro de desenvolvimento econômico. *Debate e Crítica*, São Paulo, (4):83-105, nov. 1974.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- MAHAR, Dennis G. *Desenvolvimento econômico da Amazônia; uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. 259 p. (Relatório de pesquisa, 39).
- MARTINS, José de S. *Expropriação e violência; a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980. 181 p.
- MELLO, Mario Lacerda de. *O meio norte*. Recife, SUDENE, 1983. 478 p. (Estudos regionais, 9).
- . *Os agrestes; estudos dos nordestinos do sistema gado policultura de uso de recursos*. Recife, SUDENE, 1980. 553 p. (Estudos regionais, 4).
- . *Regionalização agrária do nordeste*. Recife, SUDENE, 1978. 225 p. (Estudos regionais, 3).
- MELO, Fernando Homem de. A agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. *Estudos Econômicos*, Rio de Janeiro, 10(2):57-101, maio/ago. 1980.
- ; CANTON, Adolfo Walter P. Risco na agricultura brasileira; nordeste "versus" sul. *Revista Econômica do Nordeste*, 11(3):471-83, jul./set. 1980.
- MODERNIZAÇÃO da agricultura no sudoeste de Goiás. Rio de Janeiro, IBGE/EMBRAPA, 1982. 164 p.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia; pequena história crítica*. 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Hucitec, 1983. 138 p.
- MOREIRA, R. O espaço agrário e classes sociais rurais. *Revista da Cultura Vozes*, Petrópolis, 2(74):123-36, mar. 1980.
- MÜLLER, Charles C. Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no centro-oeste. *Pesquisa e planejamento Econômico*, Rio de Janeiro IPEA, 13(2):619-60, 1983.
- NICHOLLS, Wilham H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil; o Estado do Paraná — 1920-1965. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 24(4):35-91, out./dez. 1970.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia; desenvolvimento, integração ecologia*. São Paulo, Brasiliense, CNPQ, 1983. p. 144-322.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira; crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense, 1975. (Seleções CEBRAP, 1).
- . *Elegia para uma re(li)gião*. 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste, 1).
- ; REICHSTUL, Henri-Philippe. *Mudança na divisão interregional do trabalho no Brasil*. São Paulo, Brasileira de Ciências, 1973. p. 130-68. (Cadernos CEBRAP, 4).
- PANAGIDES, Stahis. Possibilidade de realocação de mão-de-obra na agricultura brasileira; novas terras. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 24(2):47-69, abr./jun. 1970.
- II PLANO de Desenvolvimento da Amazônia; detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979. Belém, SUDAM, 1975. 334 p.
- I PLANO Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974. Brasília, 1971.
- II PLANO Nacional de Desenvolvimento 1975-1979. Brasília, 1974.
- III PLANO Nacional de Desenvolvimento 1980-1985. Brasília, 1981.
- PLANO Salte; Relatório e Contas da Administração Geral, 1949-1951. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1953.

- ; ———, 1952. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1954.
- PLANO Trienal de Desenvolvimento Social 1963-1965. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1963.
- POLOCENTRO e o Desenvolvimento do Centro-Oeste. Brasília, IPEA, 1979. mimeo.
- PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.
- . *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1969. 390 p.
- PROGRAMA de metas. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1958. t. I-II.
- ; Relatório das Atividades do Conselho de Desenvolvimento, 1958. Rio de Janeiro, Brasil, Presidência da República, 1959.
- PROGRAMA Estratégico de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1967.
- PROJETO Radambrasil. Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia, 1974-1978 — v. 4-18.
- REGIÃO do Cariri. Edilmar Norões et alii. Fortaleza, Bel Publicações, s/d., 270 p.
- REGIÃO Geoeconômica de Brasília; a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal. Tereza Coni Aguiar et alii. mimeo. 179 p.
- RELATÓRIO Anual de 1982. Recife, SUDENE, 1983. 220 p.
- SÁ JUNIOR, Francisco. *Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência*. São Paulo, Brasiliense, 1975. (Cadernos CEBRAP, 1).
- SAMPAIO, Yony. IRMÃO, José Ferreira; GOMES, Gustavo Maia. *Política agrícola no Nordeste; intenções e resultados*. Brasília, BINAGRI, 1979. 360 p.
- SANDERS, John; BEN Frederick. *Desenvolvimento agrícola na fronteira: sul de Mato Grosso. Estudos econômicos*, Rio de Janeiro, 6(2):85-108, 1976.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial; críticas e alternativas*. São Paulo, Hucitec, 1979. 167 p.
- . *Espaço e sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979. 152 p.
- . *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978. 236 p.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *A economia do Estado do Pará*. Belém, Coordenadora de Documentação e Informação, 1978. 289 p. (Relatório de Pesquisa, 10).
- SERTÃO Norte; área do sistema gado-algodão. Mariene Silva et alii. Recife, SUDENE, 1982. 344 p. (Estudos regionais, 6).
- SILVA, Jairo Augusto. *A pecuária no Brasil; algumas considerações*. Rio de Janeiro, IBGE 1979. 20 p., mimeo.
- . DIAS, Katia de Fátima. *Estimativa da variação do número de estabelecimentos recenseados em 1975 devido a modificação no conceito de estabelecimentos a partir do Censo Agropecuário. (no prelo)*
- SILVA, José F. Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 197 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia; geografia e ideologia*. Petrópolis, Vozes, 1976. 135 p.
- . *Radiografia de um modelo*. 3.<sup>a</sup> ed.; Petrópolis, Vozes, 1977. 169 p.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 149 p. (Agricultura e sociedade).
- SUBSÍDIOS ao planejamento da área nordestina; Crato, Juazeiro do Norte e sua área de influência. Rio de Janeiro, IBGE, 1971. 26 p.

- SZMRECSANYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo, Hucitec, 1979. 540 p.
- TAMBARA, Elomar. *Modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Documento), 16).
- TELXEIRA, Osandy Ribeiro. *Planejamento regional; uma experiência na Região Centro-Oeste*. Cuiabá, Encontro de Secretários Estaduais de Planejamento, 1977. mimeo.
- UNE, Mitiko Yanaga; AGUIAR, Tereza Coni. *Pantanal mato-grossense*. Rio de Janeiro, International Geographical Union. 1982.
- VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1964. 395 p.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1979. 261 p.
- . *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 137 p. (Agricultura e sociedade)
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel. *Capital e propriedade fundiária; suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ZOCKUN, Maria Helena Garcia Palhares. *A expansão da soja no Brasil; alguns aspectos de produção*. São Paulo, USP, 1978. 228 p.

## RESUMO

As transformações ocorridas na atividade agropecuária da Região Centro-Oeste, na década de setenta, estão intimamente vinculadas às políticas governamentais de incentivo à agricultura. Assim, considerando que a Região Centro-Oeste apresenta grande potencial para a expansão dessa atividade, este estudo pretende avaliar a evolução da expansão da atividade agrária, no período citado, e compreender os diversos arranjos espaciais provocados por tal evolução.

Dentro desse enfoque foram consideradas as conseqüências da concentração dos investimentos no setor agropecuário, traduzidas, principalmente, pela incorporação de novas terras e pela adoção de técnicas modernas de produção, que são as duas formas pelas quais se dá a expansão das atividades agropecuárias na Região.

Considerando que o modelo de ocupação do solo, compatível com a política governamental dos incentivos fiscais, está centrado na expansão de grandes empreendimentos capitalistas, foram considerados os principais problemas dele decorrente e que se resumem principalmente, na concentração fundiária, retração da pequena produção, pouca absorção de mão-de-obra e êxodo rural que é o grande causador do crescimento urbano acelerado. A ocorrência de tais problemas indica que os planos e programas desenvolvimentistas voltados para o meio rural desse Região tiveram como preocupação critérios econômicos voltados para a expansão da grande produção comercial e deixaram, em segundo plano, as soluções direcionadas para os problemas sociais crescentes na Região.